



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 13/2023/DAOA-AM

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, aprovada na sessão ordinária de 30 de junho de 2023, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 3 de julho de 2023. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



ATA N.º 11 – No dia 28 de abril de 2023, reuniu, às 20 horas e 55 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, integrando ainda a Mesa a 2.ª Secretária da Mesa, Eva Lúcia Fernandes da Costa, com a seguinte “Ordem do Dia”:-----

- 1 – Ata N.º 10 – Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2023;-----**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----**
- 3 – Documentos de Prestação de Contas do Município 2022;-----**
- 4 – Documentos de Prestação de Contas 2022 – Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.; -----**
- 5 – Documentos de Prestação de Contas 2022 – Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A.; -----**
- 6 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano;-----**
- 7 – Atualização da Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira e acordo de colaboração; -----**
- 8 – Aquisição de um prédio misto, sito na Freguesia de Fiães;-----**
- 9 – Contratos de delegação de competências celebrados entre o Município e as Juntas de Freguesia – Apoio Cultural -----**
- Anulação de verbas relativas ao quadriénio 2018/2021; -----
- 10 – Recursos Financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação para o exercício de 2023 – Adenda ao Anexo I;-----**
- 11 – Prestação de serviços no âmbito do regime financeiro das Autarquias Locais -----**
- Nomeação do auditor externo; -----
- 12 – Contrato-Programa da “Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira”; -----**



13 – Proposta de constituição de Júri para concurso de cargo de dirigente – Unidade de Intervenção Socioeducativa. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira (por videoconferência), Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, assim como às intérpretes da Língua Gestual Portuguesa. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida em direto e on-line, e que se depreende que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando ainda que se encontra, junto à entrada da sala, uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento, em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, deu nota que a 1.^a Secretária da Mesa da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, iria chegar mais tarde à sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa.-----

Convidou, para esse efeito, o grupo municipal do PS a indicar um membro, tendo sido designado Virgílio da Silva Ribeiro, o qual integrou a Mesa. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou da entrada na Mesa de 4 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação na Vogal do Executivo: Rui Filipe Guedes Pereira – *o qual entrou no*



decorrer da sessão;-----

• Sanguedo: Valdemar Alves da Silva (PS) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Ramiro Manuel da Silva Tavares; -----

• São João de Ver: Nuno João Marques Soares Albergaria (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Renato de Almeida Faria; -----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, ainda, que os membros Serafim Manuel da Rocha Guimarães (PSD), Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Cláudio Alexander Brandão da Coata (PS), Manuel Oliveira de Almeida (PS) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) comunicaram não poder estar presentes, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

• Serafim Guimarães: substituído pelo António Perestrelo de Lima; -----

• Ana Lamas Barros: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva; -----

• Susana Silva: substituída pelo Jorge Paulo das Neves Pereira; -----

• Cláudio Costa: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa – a qual entrou no decorrer da sessão;-----

• Manuel Almeida: substituído pelo Lécio Jorge Pereira Dias;-----

• Carlos Cunha: substituído pelo João Paulo Oliveira Vidal. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 40 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; João Luís Almeida Cunha; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito;



António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Renato de Almeida Faria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Job Santos Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Marco António Gomes Gonçalves; Lécio Jorge Pereira Dias; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Sanguedo – Ramiro Manuel da Silva Tavares; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): João Paulo Oliveira Vidal. -----

Entraram no decorrer da sessão: Cristina Manuela Cardoso Tenreiro (PSD); Rodolfo Antero Oliveira Castro (PSD); Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS); Marco Aurélio Oliveira de Jesus (PS); Rosa Maria Pinto da Silva (PS); Alexandra Patrícia Alves de Sousa (PS); e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Rui Filipe Guedes



Pereira (PSD9; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro (PSD); Lourosa – Armando de Fontes Teixeira (PSD); Milheirós de Poiares – Manuel António Martins de Melo (Independente – IND); Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD); União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins (PSD); e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves (PS)).

Faltou à sessão, sem se fazer substituir: Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS).

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr. Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia.

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2023 e a presente sessão:

- “Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, a informar que esta Assembleia, na sessão de 17 de fevereiro de 2023, deliberou designar a cidadã Cristina Tenreiro para substituir a cidadã Maria Petiz na modalidade alargada daquela Comissão;
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, à D.ª Maria Sá Correia, a remeter fotocópia do Voto de Pesar aprovado por esta Assembleia na sessão de 17 de fevereiro de 2023, pelo falecimento de seu cônjuge, Dr. José Maria de Sá Correia;
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Fernando Leão, a



remeter fotocópia do Voto de Pesar aprovado por esta Assembleia na sessão de 17 de fevereiro de 2023, pelo falecimento de seu filho, Roberto Leão; -----

- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, à Embaixadora da República da Turquia em Portugal, a remeter fotocópia do Voto de Pesar aprovado por esta Assembleia na sessão de 17 de fevereiro de 2023, em memória às vítimas do sismo ocorrido na Turquia e na Síria no dia 6 de fevereiro de 2023;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, para os devidos efeitos, fotocópia do Voto de Saudação subordinado ao tema “Dia Internacional da Mulher”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023, às seguintes entidades:-----
 - Presidente da República, -----
 - Presidente da Assembleia da República,-----
 - Primeiro-Ministro; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos órgãos de comunicação social Jornal N, Correio da Feira, Rádio Clube da Feira e Rádio Sintonia, a remeter, para os devidos efeitos, fotocópia digitalizada do Voto de Saudação subordinado ao tema “Dia Internacional da Mulher”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, para os devidos efeitos, fotocópia da moção “Modernização e requalificação da ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e sustentável”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023, às seguintes entidades:-----
 - Primeiro-Ministro, -----
 - Presidente do Conselho Metropolitano do Porto; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao endereço de correio eletrónico para envio de contributos para o



- procedimento de consulta pública do Plano Ferroviário Nacional, a remeter fotocópia digitalizada da moção “Modernização e requalificação da ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e sustentável”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 13 de fevereiro de 2023;-----
 - E-mail, por instrução do Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter Projeto de Lei apresentado pelo PSD que “Define o regime de comparticipação do Estado nos tratamentos termais”; -----
 - E-mail do munícipe Nuno Andrade e Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a auscultação dos membros da Assembleia Municipal relativamente à petição pública de que é 1.º subscritor, intitulada “Maioria a 2 voltas (Eleição do Poder Executivo)” – e-mail reencaminhado, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros da Assembleia Municipal;-----
 - Ofício do Chefe da Casa Civil do Presidente da República, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de Saudação subordinado ao tema “Dia Internacional da Mulher”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Ângelo Santos, ao Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar ao executivo municipal informação sobre os terrenos pertencentes ao Município com disponibilidade para construção urbana – o qual foi reencaminhado, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----



- Ofício do Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de Saudação subordinado ao tema “Dia Internacional da Mulher”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023;-----
- Convite do Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Feira Viva, ao Presidente da Assembleia Municipal, para a sessão de entrega da réplica de medalhas à equipa Feira Viva Natação Adaptada, que se realizou no dia 21 de março de 2023, estendendo o convite aos líderes dos partidos com assento na Assembleia Municipal – a quem foi reencaminhado este convite;-----
- Ofício do Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da Moção “Modernização e requalificação da ligação ferroviária ao Centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e sustentável”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023;-----
- Convite do Presidente da Direção da Casa de Gaia, ao Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao 45.º Encontro de Coros nas Terras da Feira, evento realizado no dia 25 de março de 2023; -----
- Ofício da Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de Saudação subordinado ao tema “Dia Internacional da Mulher”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de fevereiro e de 13 de março de 2023;-----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de



Luís

- Saudação subordinado ao tema “Dia Internacional da Mulher”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 17 de fevereiro de 2023, e a informar que a respetiva missiva, atendendo ao seu teor, foi encaminhada aos Deputados(as): da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; -----
- Convite do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas cerimónias da Quinta-feira Santa, realizadas no passado dia 6 de abril de 2023;-----
 - Convite da Direção, Comando e Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 102.º Aniversário daquela Associação, a realizar no dia 1 de maio de 2023; -----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de março de 2023;----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convoca-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 28 de abril de 2023, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 28 de abril de 2023, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Convite do Presidente da Câmara Municipal e do Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, ao Presidente da Assembleia Municipal, para as iniciativas que integram as comemorações do 22.º aniversário da Elevação de Lourosa a Cidade, realizadas no dia 19 de abril de 2023;----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Serafim Guimarães, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade



- de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição; ---
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 26 de abril de 2023; -----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Ana Rafael Lamas, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, por motivos de saúde, e solicitando a sua substituição; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Cláudio Alexander Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, e solicitando a sua substituição; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2023, e que se faria representar na mesma pelo membro Virgílio Ribeiro;-----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 11 de abril de 2023; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Almeida, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade



- de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição; ---
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão - Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia - Alberto de Oliveira Tavares, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação;-----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão - Manuel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, pelo Vogal daquela Junta de Freguesia - Rui Filipe Guedes Pereira, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação;--
 - E-mail do membro deste Órgão - Nuno Albergaria, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, pelo Vogal daquela Junta de Freguesia - Renato de Almeida Faria;-----
 - E-mail do membro deste Órgão - Susana Ferreira da Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição; ---
 - E-mail do membro deste Órgão - Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição." -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----



O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, deu nota que o grupo municipal do PSD fez chegar à Mesa um voto de pesar pelo falecimento da Dra. Etelvina Araújo, salientando que todos os grupos municipais se quiseram associar ao mesmo. Posto isto, passou a ler o voto de pesar em referência, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PSD, propõe um Voto de Pesar, pelo falecimento no passado dia 24 de março, aos 65 anos, de Etelvina Maria Mendonça Araújo, ex-diretora da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, rosto da primeira e mais importante de todas as políticas culturais do Município de Santa Maria da Feira: a promoção do livro e da leitura. -----

Etelvina Araújo construiu de forma consolidada uma “casa do saber e da cultura” que é hoje, indiscutivelmente, uma referência nacional no panorama das bibliotecas públicas portuguesas, seja pelo número de leitores conquistados e fidelizados, seja pela riqueza e diversidade dos serviços prestados, seja pela singularidade dos eventos culturais que acolheu e organizou. Mas, acima de tudo, pelas importantes conquistas ao nível da democratização do acesso ao livro e à leitura, tendo implementado três projetos de itinerância para levar livros e leituras aos diferentes pontos do território concelhio, mesmo durante o difícil e exigente período da pandemia.-----

Licenciada em História e pós-graduada em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Etelvina Araújo dedicou toda a sua vida às bibliotecas públicas, percurso que iniciou em 1986.-----

Geriu de forma ímpar uma rede de bibliotecas públicas constituída pela biblioteca central, cinco polos, dois pontos de acesso, uma biblioteca patrimonial (Padre Domingos A. Moreira) e duas bibliotecas móveis. -----

Coordenou o Sistema de Gestão de Qualidade da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira (certificada em 2006), bem como o projeto de implementação do Sistema Integrado de Gestão de Informação de Informação Municipal, tendo ainda assumido a coordenação do projeto de



construção do Arquivo Municipal.-----

Também na área da cooperação descentralizada, Etelvina Araújo deixou a sua marca, tendo sido responsável pela geminação do Município de Santa Maria da Feira com a cidade francesa de Joué-Les-Tours, em 1989, projeto que viria a ser distinguido com o Prémio Estrela de Ouro da Comissão Europeia em 1993.-----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento;-----
- Manifestar à família e amigos enlutados, as mais sinceras condolências;--
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.”-----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 40 votos a favor (PSD:25, PS:10, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar o voto de pesar em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. De seguida, cumprindo o deliberado, foi guardado um minuto de silêncio em homenagem à Dra. Etelvina Araújo.-----

Posto isto, prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia informou da existência de 2 moções, 1 recomendação e 2 votos de saudação que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos respetivos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“VOTO DE SAUDAÇÃO – VIVA O 25 DE ABRIL!-----



Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. -----

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário. -----

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. -----

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares. -----

A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. -----



Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu. -----

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa. -----

As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou. -----

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 28 de abril de 2023 delibera:-----

1. Evidenciar o 49.º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do



Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;
2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais.” -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO-----

No dia 1.º de Maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, em manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para oito horas de trabalho. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários. Mas os trabalhadores não se deixaram abater, todos achavam que eram demais as horas diárias de trabalho, por isso, no dia 5 de maio de 1886, quatro dias depois da reivindicação de Chicago, os operários voltaram às ruas e foram novamente reprimidos: 8 líderes presos, 4 trabalhadores executados e 3 condenados a prisão perpétua. Foi este o resultado desta segunda manifestação. -----

A luta não parou e a solidariedade internacional pressionou o governo americano a anular o falso julgamento e a elaborar novo júri, em 1888. Os membros que constituíam o júri reconheceram a inocência dos trabalhadores, culparam o Estado americano e ordenaram que soltassem os 3 presos. -----

Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1.º de Maio, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. E, em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas. Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o



direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, atravessamos, hoje, uma crise de especulação inflacionária em diferentes setores, onde os agregados têm cada vez mais dificuldades em aceder à habitação e aos bens de primeira necessidade. São necessárias respostas robustas e corajosas à perda de rendimentos, em particular na regulação dos preços dos combustíveis, da energia e dos bens de primeira necessidade.-----

Assinalar o 1.º de Maio, é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública como do setor privado. Esta luta é de grande importância no concelho de Santa Maria da Feira, onde todos os indicadores mostram que os rendimentos estão abaixo da mediana nacional. -----

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno e justo. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 28 de abril de 2023 delibera:-----

1. Saudar o 1.º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou



pensão e da prestação de um serviço público.”-----

“MOÇÃO – ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----

A crise económica e social que se abateu no país, é agora agravada pela crise inflacionária. Muitas das famílias cujos membros do agregado familiar perderam o emprego ou uma parte substancial do rendimento, e que ainda não conseguiram uma efetiva recuperação, vêm-se agora confrontados com um aumento incomportável do custo de vida.-----

Com o fim das moratórias e a instabilidade gerada pela precariedade, que continua a ser utilizada, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência.-----

A situação de carência económica em que muitas famílias se encontram resultou numa dificuldade enorme em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, fatura essa que continua a aumentar com resultado de um contrato de concessão à INDÁQUA que em nada serve os interesses dos Feirenses.-----

De acordo com o atual presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, só daqui a 9 anos é que talvez seja possível repensar os moldes da concessão, permitindo que um bem essencial seja matéria-prima para o lucro de poucos, e à custa de todos.-----

Ora, esta política de conviência e a sistemática recusa da aplicação automática da Tarifa Social da Água, está a fazer com que os feirenses não vislumbrem tão cedo um acesso digno e justo a um bem essencial.-----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo.-----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos



consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----
No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----
A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----
O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----
Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da



Autoridade Tributária e Aduaneira. -----
No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar cerca de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 28 de abril de 2023, delibera:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“REQUALIFICAÇÃO DOS NOSSOS FONTANÁRIOS TORNANDO A ÁGUA MAIS SEGURA PARA NOSSO CONSUMO -----

Durante muitos anos os fontanários foram a única serventia de água para várias populações do nosso concelho. -----

Tendo o nosso concelho, um vasto número de fontanário distribuído por todas as freguesias, e muitos deles, são bastante visitados pela população, indo buscar água para o seu consumo, mesmo não sabendo se a água está em condições ou não de ser consumida. -----

Para serem feitas as análises à água dos fontanários, acarreta uma despesa para a câmara ou freguesia, bastante elevada, sendo a água um bem essencial para sobrevivência do nosso planeta. -----

Posto isto, e numa época que tanto se fala de ambiente, na escassez de recursos hídricos, Santa Maria da Feira sendo um território que possui um grande número de fontanários, que são um ponto de referência em muitos



lugares das freguesias do nosso concelho.-----

No entender do CDS-PP, no nosso território não é valorizada nem preservada, esta riqueza existente. Atualmente existem diversas formas de utilizar recursos hídricos.-----

Nesse sentido o CDS acha oportuno, que o município faça um levantamento de todas as fontes e nascentes do nosso território e dar início a um projeto de requalificação desses fontanários, não só no embelezamento dos mesmos, mas também aplicando um sistema de desinfecção da água, com uma tecnologia já existente, amiga do Ambiente, não utilizando produtos químicos, mais sim, utilizando um sistema ultravioleta UVC, como exemplo esta imagem:-----

(segue imagem)-----

Este sistema já está a ser implementado na freguesia de Milheiros de Poiares, por iniciava da junta de freguesia, projeto esse que esta monitorizado pela junta e um engenheiro ambiental qualificado, com resultados excelentes, proporcionando o aproveitamento de um recurso natural e prestando e um excelente serviço a comunidade que utiliza essa fonte.-----

Projeto esse, a ser implementado pelo Município em parceria com as juntas de freguesia, é sustentável como se comprova, na freguesia de Milheiros de Poiares, para além do aproveitamento Hídricos existentes no nosso território, preserva uma memória coletiva de referência dos lugares que os possuem.-----

Assim a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 28 de abril de 2023, recomenda à Câmara Municipal:-----

1 - Que o município faça um levantamento de todas as fontes e nascentes do nosso território.-----

2 - Dê início a um projeto de requalificação desses fontanários em parceria com as juntas de freguesia, embelezando os mesmos e aplicando um sistema de desinfecção da água, com uma tecnologia já existente amiga do



Ambiente, não utilizando produtos químicos, mais sim, utilizando um sistema ultravioleta UVC.” -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“COMEMORAR ABRIL, AFIRMAR E VALORIZAR O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO -----
Considerando que estamos a menos de um ano das comemorações do 50.º aniversário do 25 de ABRIL (marco fundamental de uma das mais belas páginas da nossa história coletiva) e que, para além da restituição da liberdade ao povo português e a instauração de um regime democrático, assinala e afirma o Poder Local Democrático como uma das suas grandes conquistas. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 28 de abril de 2023, -----

1. reafirma e glorifica o espírito de serviço público que, há 48 anos, a partir das primeiras eleições autárquicas, realizadas em 1976, animou os eleitos e eleitas, que tomaram, nas suas mãos, a condução das políticas locais, em benefício das populações e cuja ação deixou uma marca no Poder Local, que queremos indestrutível; -----

2. defende o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização; exorta a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas, dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de ABRIL, as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, de democracia e de liberdade. -----

Com esse objetivo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera criar, o mais rapidamente possível, um grupo de trabalho que se encarregue de programar e coordenar as comemorações do 50.º aniversário de ABRIL.” -----



Concluindo, o membro João Vidal solicitou a alteração do teor do parágrafo final da moção, de modo a constar o seguinte: “*Com esse objetivo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera que a Comissão Permanente se encarregue de programar e coordenar as comemorações do 50.º aniversário do 25 de ABRIL.*” – alteração que foi aceite pela Mesa.-----

Feita a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os mesmos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Miguel Branco. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que, referindo-se à moção apresentada pelo BE sobre a atribuição automática da Tarifa Social da Água, disse já ter perdido a conta às vezes que a mesma foi trazida a esta Assembleia, comentando que, como diz o ditado, o que é demais é moléstia. Referiu que a verdadeira razão de existir, há 23 anos, uma concessão para os serviços de abastecimento de água e saneamento, é que, no ano 2000, o Concelho precisava de fazer a rede de abastecimento de água e de saneamento porque só 13% do concelho detinha rede de água, e no que refere ao saneamento, muito menos do que isso, daí o lançar do concurso público para a construção dessas redes. -----

Salientou ainda que a diferença entre o setor público e o privado é que, no setor público, quando há um prejuízo, é o povo que paga através dos impostos, injetando dinheiro nessa instituição, enquanto que, no setor privado, as empresas que dão prejuízos fecham as portas. -----

Realçou que o Município tem um gabinete de apoio social para fazer o acompanhamento das famílias carenciadas, e devidamente referenciadas, acrescentando que o Chega é a favor de que essas famílias sejam apoiadas pela Câmara, mas não aquelas que, pedindo apoio, têm altos carros à porta de casa ou andam com iPhones, pois uma família carenciada é aquela que precisa do básico, como a água, luz, gás e comida. -----



Concluindo disse que, quando estava a ler as propostas apresentadas pelo BE, reparou que o voto de saudação ao 1.º de Maio é uma cópia do que foi apresentado no ano passado, comentando que é preciso deixar a demagogia e fazer política a sério, respeitando os feirenses.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS vota favoravelmente a saudação ao 1.º de Maio, bem como a moção pela atribuição automática da Tarifa Social da Água, por entender que são assuntos que o justificam de forma continuada, já que a questão da tarifa social da água não está resolvida, pois se lei permite a atribuição automática dessa tarifa, as pessoas não têm de recorrer à divisão social da Câmara para a obter.-----

Em relação à recomendação do CDS-PP sobre a água dos fontanários disse que, há alguns anos, houve uma opção por parte dos municípios, em acordo com as juntas de freguesia, neste âmbito, e que uma das questões que foi levantada, por questões de segurança, tinha a ver com a colocação de um aviso com a menção “água não controlada” nos fontanários. Referiu que o grupo municipal do PS considera que este assunto pode ser recuperado, dada a importância e o simbolismo que têm os fontanários, bem como a proposta feita pelos vereadores do PS na Câmara Municipal, no sentido de ser feito um investimento, junto com a Indaqua, para serem colocados bebedouros em determinados locais.-----

Relativamente à moção apresentada pela CDU no âmbito da organização das comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, disse que o assunto já tinha sido abordado em sede da Comissão Permanente, e que se entendeu que esta tem todas as condições para decidir a esse respeito, envolvendo a Câmara Municipal no processo.-----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por, referindo-se à moção pela atribuição automática da Tarifa Social da Água, dizer que, tal



como o BE já trouxe esta moção à Assembleia Municipal por diversas vezes, também remete para a leitura das atas das sessões anteriores no que respeita à opinião e ao voto contra do grupo municipal do PSD. -----
Referiu que o grupo municipal do PSD também vota contra a recomendação apresentada pelo CDS-PP, fazendo notar que a mesma menciona que seja feito um levantamento de todas as fontes e fontanários existentes no território, quando ele já existe na Câmara. Sobre o sistema ultravioleta UVC, que já estará a ser utilizado em Milheirós de Poiares, disse que o grupo municipal do PSD tem dúvidas da utilidade e exequibilidade deste tipo de material nas fontes, até devido ao perigo de ser alvo de vandalismo. Deu nota que a prioridade da Câmara tem sido, nos últimos anos, ter a água potável nas torneiras das casas das pessoas, ter uma cobertura ampla de todo o concelho, a qual superou a média nacional e europeia. -----

Em relação à moção da CDU sobre o 50.º aniversário do 25 de Abril, disse que o grupo municipal do PSD, como defensor dos valores da liberdade, vota favoravelmente a mesma, face à alteração mencionada pelo João Vidal. Referiu que, existindo já a Comissão Permanente e funcionando bem, entende, o grupo municipal do PSD, que a mesma tem todas as competências para, com o apoio da Câmara Municipal, fazer um ótimo trabalho a organizar o 50.º aniversário do 25 de Abril. -----

Concluindo, sobre o 1.º de Maio, disse que o grupo municipal do PSD estará sempre do lado dos trabalhadores, como do lado dos empresários, do lado dos direitos, liberdades e garantias, pelo que também vota favoravelmente a saudação ao 1.º de Maio. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer, sobre os votos de saudação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio, que a IL, como partido democrático, associa-se às grandes manifestações da democracia portuguesa, acrescentando que, independentemente de um ou outro



argumento com o qual a IL não se identifica ideologicamente, sempre se identifica com o espírito. Em relação à questão da organização do 50.º aniversário do 25 de Abril, disse que se deve aproveitar a oportunidade para, mais do que refletir sobre o que foi o 25 de Abril, refletir sobre o que é, hoje, a democracia no país e no mundo, fazer pedagogia sobre a democracia, envolvendo o sistema educativo de uma forma mais próxima. Referiu que a IL considera que este é um desafio que a Assembleia Municipal deve cumprir, enquanto órgão político, aproveitando a oportunidade para valorizar aquilo que é a representação democrática no Concelho. -----

Em relação à moção do BE e à recomendação do CDS-PP disse não ter nenhum comentário a fazer, dando nota que se ia abster nas respetivas votações. Sobre a recomendação relativa aos fontanários disse que a mesma devia incluir uma proposta que contemplasse a estimativa de custos e o mapa de intervenções, salientando que é fácil sinalizar as vontades e recomendar algo em abstrato, sem quantificar os custos para o Município. Referiu que a boa política é aquela que é suportada em dados, e não apenas em boas vontades, pelo que a IL, concordando com o espírito, entende que, quando se faz uma proposta, é preciso ter a consciência do impacto económico ou outro, para o Concelho. -----

Disse querer aproveitar esta intervenção para falar sobre o voto de pesar que foi aprovado pelo falecimento da Dra. Etelvina Araújo, reforçando que se associa ao mesmo, não só enquanto representante do partido, mas, acima de tudo, em termos pessoais, até porque teve a oportunidade de trabalhar profissionalmente com a Dra. Etelvina, conhecê-la pessoalmente e ter um afeto muito grande por ela. Referiu entender que estes momentos devem ser reforçados naquilo que é a gratidão, enquanto munícipes, daquilo que é o trabalho dos colaboradores que, como ela, emprestam muito conhecimento, muita inteligência e uma grande paixão por aquilo que fazem, pelo bem público que prestam, acrescentando que o trabalho



que ela desenvolveu na cultura, através da Biblioteca Municipal, merece uma gratidão coletiva. -----

Disse julgar que a homenagem à Dra. Etelvina não se deve ficar pela aprovação de um voto de pesar por parte desta Assembleia, que deve ter outras expressões ao nível do Concelho, pelo que deixava esta nota à Câmara, acrescentando que a Dra. Etelvina o merecia e, através dela, se estaria a homenagear os colaboradores do Município que todos os dias se esforçam, que têm sentido de missão e paixão pelo serviço público, comentando que é uma homenagem que se deve às pessoas que, através dos órgãos públicos, prestam serviço às comunidades. -----

Concluindo, disse que gostava que o voto de pesar se transforme em gratidão, e que espera que o trabalho da Dra. Etelvina seja continuado e que o testemunho do que fez seja transmitido às próximas gerações, realçando que isso é o melhor que se pode fazer quando se quer agradecer a alguém por ter colaborado no desenvolvimento da sua terra. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) para, relativamente à recomendação do CDS-PP, dar nota que a ia votar a favor porque, do ponto de vista ecológico, o BE considera importante a requalificação e manutenção destas infraestruturas no Concelho. -----

Em relação à moção da CDU sobre comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático, deu nota que também a iria votar favoravelmente, manifestando toda a disponibilidade e empenho do BE para que as celebrações do 50.º aniversário do 25 de Abril sejam, de facto, uma afirmação dos valores da democracia e do debate político. -----

Sobre aquilo que foi dito em relação à moção que apresentou para a aplicação automática da Tarifa Social da Água, referiu compreender que o membro Miguel Branco tenha dito, numa perspetiva negativista, mas que, sendo um otimista, gosta mais de pensar que água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. -----



Salientou que, independentemente da posição reiterada do BE de ser favorável à remunicipalização do serviço da água, quando fala da aplicação automática da tarifa em questão fala, também, do facto da tarifa já ser aplicada, automaticamente, no setor da energia, abrangendo, em Santa Maria da Feira, cerca de 10 mil agregados familiares. -----

Disse não conhecer o número de pessoas que beneficiam do apoio social prestado pela Câmara, no respeitante ao acesso à água, mas duvida que sejam 10 mil agregados familiares, pelo que o BE irá solicitar à Câmara o fornecimento destes dados, a menos que sejam transmitidos no decurso desta sessão. -----

Relativamente ao voto de saudação que apresentou sobre o 1.º de Maio, disse que a efeméride e os motivos que levaram à celebração desta data não mudaram, acrescentando que, sendo certo que o texto tem algumas partes idênticas ao apresentado no ano anterior, é normal que assim seja porque está em causa a celebração de uma efeméride que é renovada todos os anos, nomeadamente os valores do 1.º de Maio, mas o texto não é cópia do ano anterior. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse ter ficado surpreendido por o PSD ter concordado com a criação da comissão proposta na moção da CDU, pois o PSD tem defendido que as comissões não servem para nada. -----

No respeitante à recomendação que apresentou, sobre a requalificação dos fontanários, disse que a medida proposta é possível e sustentável, comentando que, além de preservar uma memória do Concelho, ajudará a recuperar recursos hídricos que, muitas vezes, são desperdiçados, lembrando que para levar água potável às pessoas tem que ser feito um grande investimento na rede pública. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que salientou, a propósito do



referido pelo membro Ângelo Santos sobre a criação de uma comissão, que aquilo que foi proposto pela CDU é que seja a atual Comissão Permanente a organizar as comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, o que é completamente diferente de criar uma nova comissão. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar um esclarecimento sobre a questão dos fontanários, salientando que não acredita numa solução milagrosa, ou seja, que um aparelho de ultravioletas transforme água não potável em água potável, frisando que o sistema proposto carece de alguma análise técnica. -----

Referiu que há dois tipos de poluição, a bacteriológica e a química, e que não percebeu bem que tipo de tratamento faz um raio ultravioleta, salientando que o custo do tratamento de água para consumo humano é caríssimo e que, até por isso, entende que o CDS-PP devia preparar melhor estas propostas antes de as fazer. -----

Disse que, quando saiu a legislação que obriga à monitorização da água dos fontanários, há 12 ou 13 anos, estudou bem o assunto, salientando que, na altura, cada análise da água custava perto de mil euros, as quais tinham de ser efetuadas várias vezes por ano, tornando o custo absolutamente incomportável, e, além disso, havia o risco de a água ser facilmente contaminada, bastando um rato ou um pardal morto, numa conduta, para causar essa contaminação. -----

Concluindo, frisou que o Concelho já tem resolvida a questão de ter água de qualidade na casa das pessoas, que é a água fornecida pela Indaqua e que é analisada todos os dias. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- Voto de Saudação "Viva o 25 de Abril!", apresentado pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor



(PSD:30, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- Voto de Saudação ao 1.º de Maio, apresentado pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:30, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- Moção "Atribuição automática da Tarifa Social da Água", apresentada pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:14, BE, CDU, IND), 31 votos contra (PSD:30, CH) e 2 abstenções (CDS-PP, IL), reprovando a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- Recomendação "Requalificação dos nossos fontanários tornando a água mais segura para nosso consumo", apresentada pelo CDS-PP:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (BE, CDS-PP, CDU, IND), 30 votos contra (PSD) e 16 abstenções (PS:14, IL, CH), reprovando a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- Moção "Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático", apresentada pela CDU:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:30, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito, com a alteração suprarreferida. -----



Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a cada grupo municipal a possibilidade de usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Tiago Paiva. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que, numa anterior sessão desta Assembleia, o BE questionou o Executivo sobre a existência de pessoas em situação de sem-abrigo no Município e, na altura, foi respondido que o Executivo não teria identificado pessoas nesta situação a viver em Santa Maria da Feira. Referiu que, neste âmbito, chegou ao BE uma informação, proveniente do Núcleo de Planeamento e Intervenção com Sem-Abrigo de São João da Madeira, de que aquele núcleo tem identificadas pessoas em situação de sem-abrigo que são originárias de concelhos vizinhos, incluindo pessoas de Santa Maria da Feira, mas que, pela existência de serviços de proximidade, se deslocam, permanecem e pernoitam em São João da Madeira. -----

Disse que é possível que esta situação também se verifique noutros concelhos próximos, salientando que esta situação, pela sua gravidade e relevância social, exige do Município uma resposta integrada, na perspetiva do BE, daí perguntar ao Executivo se há disponibilidade para criar um grupo de trabalho ou um observatório que procure fazer o levantamento, junto dos municípios da Área Metropolitana do Porto, de pessoas originárias de Santa Maria da Feira que estejam em situação de sem-abrigo e pernoitem nesses municípios, bem como se há possibilidade de criar uma equipa de intervenção que elabore uma estratégia de resposta a esta problemática. -----

Referiu que um outro tema muito relevante para o Município está relacionado com uma reportagem da RTP, no programa Prova dos Factos, que denunciou que a população de Fiães assiste, há pelo menos 8 anos, a



descargas industriais nos afluentes do Rio Uíma. Disse que ficou claro que a população tem feito queixas insistentes a várias autoridades, mas não consegue ver um ponto final nesta situação, acrescentando que também ficou a saber, pela reportagem, que, desde a implementação do projeto conhecido por “guardiões dos rios”, foram identificados mais casos de flagrante delito, questionando se tais situações são pontuais ou se alguma delas configura uma situação de reincidência. Realçou que também quer exortar o Executivo a tomar medidas preventivas, não só junto da população, mas, também, junto dos setores industriais potencialmente relevantes para este fenómeno, sobre a adoção de boas práticas para evitar esta catástrofe ecológica que se tem abatido pelo Município. -----

Disse querer aproveitar para recordar que o BE tem, pelo menos, dois requerimentos com questões à Câmara, veiculados pela Mesa desta Assembleia, que ainda não foram respondidos, os quais reitera nas sessões deste órgão, insistindo para que essas respostas sejam dadas de forma mais atempada. -----

Concluindo, questionou o Executivo sobre a data prevista para a conclusão das obras na Unidade de Saúde Familiar de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, uma vez que o prazo previsto para a mesma já terminou e a obra ainda não está concluída. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) para colocar algumas questões à Câmara, dizendo que a primeira tem a ver com queixas que o Chega tem recebido sobre a recolha do lixo, salientando que algo não está a funcionar bem a esse respeito. Neste âmbito, questionou se não seria melhor ter, junto aos ecopontos, também um contentor do lixo para receber o lixo orgânico. -----

Disse que outro assunto diz respeito aos cães vadios que têm sido vistos na cidade de Santa Maria da Feira, nomeadamente na zona do tribunal e também na rotunda junto ao Europarque, questionando se a Câmara,



junto com as demais autoridades, não consegue apanhar esses cães e perceber se têm chip, e, caso se tratem de cães abandonados, chamar os donos à responsabilidade e multá-los.-----

Referiu, de seguida, que a antiga escola EB 2,3 Fernando Pessoa é um espaço que está abandonado e vandalizado, questionando se a Câmara vai fazer alguma coisa, e quando, naquele equipamento que se situa numa das principais entradas da cidade de Santa Maria da Feira.-----

Passando a outra questão, referiu que o trânsito no túnel na zona da Cruz já está impedido há cerca de um ano, e, até à presente data, nada foi feito a esse respeito. Disse saber que a Câmara está a fazer um projeto, junto com a Infraestruturas de Portugal, questionando qual o ponto de situação para o túnel da Cruz e para a ligação da zona dos Passionistas à restante cidade de Santa Maria da Feira. -----

Realçou, ainda, que entrar na cidade de Santa Maria da Feira pela zona do hospital é um caos, designadamente entre as 7 horas e meia e as 9 horas da manhã, bem como sair da cidade, a partir das 17 horas. -----

Disse que outra questão prende-se com os passadiços, dando nota que o Chega recebeu a informação de que, em Fiães, houve uma parte deles ruiu, questionando qual a razão para o sucedido.-----

Referiu que a sua última questão se prende com algumas queixas sobre a comida servida nas cantinas das escolas, especialmente na Escola Básica N.º 1. Deu nota que uma das queixas feitas pelos pais é que o peixe escolhido tem muitas espinhas e as crianças ainda não têm a habilidade necessária para as retirar, questionando se a Câmara não pode intervir, abordando a nutricionista a esse respeito, para ser servido outro tipo de peixe. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) para colocar duas questões à Câmara, a primeira relacionada com o canal de denúncias do Município, no site da Câmara, tal como a lei impõe. Disse que em nenhum documento



público consegue perceber qual é o resultado desse canal, atravessando-se uma fase em que muitas destas denúncias trazem, atrás de si, assuntos graves do ponto de vista social, e não só. Referiu que a IL gostava de perceber qual é o tratamento dado a essa informação, bem como se há dados que possam ser partilhados. Referiu ter conhecimento do direito de reserva de identidade dos denunciantes, mas que não é essa a informação que pretende, mas sim saber o conteúdo das denúncias, quer de serviços internos quer de externos da Câmara, como é que são tratadas, comentando que a isso obriga a transparência do Município. -----

Disse que a segunda questão tem a ver com o património municipal, dando nota que, nas últimas semanas, o país foi observando de perto o debate sobre a habitação e a eventual utilização de edifícios devolutos para fins de arrendamento ou mesmo de nova construção. Realçou que, na sequência desse debate, foi-se percebendo que o Estado não tem inventariado o seu património, que não faz ideia daquilo que tem, da quantidade, da localização, do estado de conservação, do potencial de reutilização, questionando se, à escala municipal, os municípios possuem essa informação. -----

Disse saber que muito desse património municipal, na sequência dos atos de gestão correntes feitos por sucessivos executivos ao longo dos anos, foram objeto de cedência, a título oneroso ou gratuito, a diversas entidades, como associações, IPSS e outras, ressaltando que, depois dessas cedências, não tem informação atualizada, acrescentando que gostava de saber se esse património continua a satisfazer o interesse público, se está ao serviço dos munícipes, se está a ser bem gerido e de forma transparente. -----

Solicitou ainda à Câmara que faça chegar à Assembleia Municipal a listagem de todos os edifícios ou terrenos municipais que se encontrem cedidos a qualquer título, seja gratuito ou oneroso, a qualquer tipo de instituições, e que essa listagem inclua os fins e as condições de cedência.



Concluindo, solicitou que essa listagem seja publicada no site da internet do Município, para estar acessível a todos os munícipes, comentando que o papel dos eleitos é, também promover o escrutínio daquilo que é a gestão do património público.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por questionar o Sr. Presidente da Câmara se pode garantir que antiga escola de Goim, em Romariz, se vai transformar num posto médico, dado que há muita contrainformação na freguesia.-----

Referiu, de seguida, que a variante Espargo-Paços de Brandão é utilizada pelas pessoas para fazer atividade física, mas continua sem iluminação, o que associado à velocidade que os carros aí atingem, torna-a muito perigosa, questionando para quando está prevista a colocação de iluminação naquela variante.-----

Disse que outra questão tem a ver com a grande quantidade de animais errantes que se veem espalhados pelo Concelho, já abordada por Miguel Branco, questionando se, para além das medidas já tomadas pelo Município, há mais alguma coisa que possa ser programada, a curto prazo, para minimizar este problema.-----

Concluindo, questionou se a Câmara tem intenção de adquirir os dois edifícios localizados junto à entrada do futuro Parque Condes de Fijô, para dar um pouco de dignidade àquele espaço.-----

Interveio o membro **Job Silva** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Em fevereiro de 2022, aprovámos, nesta mesma assembleia, o regulamento municipal do programa de incentivo à natalidade, o qual estabelece as regras para a atribuição de um apoio de 600€ anuais por criança até aos 3 anos de idade, com o objetivo de incentivar a natalidade



no concelho. -----

Decorrido o ano de 2022, e sabendo que foram aprovadas 2684 candidaturas, gostaríamos de perceber:-----

- Quantas famílias com crianças com menos de 1 ano usufruíram deste programa? -----
- Quantos nascimentos de nados-vivos foram registados neste mesmo ano no nosso concelho? -----
- O programa permitiu inverter a tendência de baixa natalidade verificada nos últimos anos no nosso concelho, ou seja, cumpriu com o objetivo para o qual foi implementado? -----

Embora reconheçamos que este programa não é uma condição única para o aumento da natalidade, estamos certos de que continua a ser uma ajuda valiosa para todos aqueles que desejam ter filhos. -----

No entanto, um dos grandes obstáculos ao aumento da natalidade continua a ser a dificuldade sentida por muitos pais, que não têm acesso a um local adequado para deixarem os seus filhos durante o horário de trabalho e que não têm a capacidade financeira de arcar com as despesas de uma creche, de um infantário ou de uma ama. -----

Porém, esta dificuldade tem vindo a ser progressivamente ultrapassada com a implementação do programa Creche Feliz. Como tal, gostaríamos de saber qual o número total de vagas disponíveis nas creches para as crianças do nosso município?-----

Por último, o município ambiciona continuar a implementar medidas de apoio direto aos jovens feirenses que pretendem ser pais?-----

O Sr. Presidente está a considerar o reforço do subsídio anual de 600€?" ---

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que disse querer falar da Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, começando por dar os parabéns a esta instituição que já vai a caminho dos 30 anos de existência. Referiu que considera ser um dos



grandes projetos do Concelho, o qual teve a sua génese com o maestro, Osvaldo Ferreira, e que tem conseguido fazer, em Santa Maria da Feira, uma constante criação de público, de músicos, mantendo um nível de qualidade acima daquilo que se vê pelo país fora. -----

Disse que não iria falar de questões orçamentais, até porque pensa que essa questão tem sido salvaguardada, mas sim questionar a Câmara Municipal sobre algumas situações que entende que poderiam e deveriam ser melhoradas. Referiu que o objetivo inicial era juntar os melhores músicos do Município num sítio só, num momento só, para poderem tocar e fazer disso um momento de espetáculo, mas que lhe causa alguma confusão ver colegas seus, da sua altura, já não tão jovens, ainda a tocarem na orquestra. Salientou que, se o objetivo é formar músicos, acha uma despesa desnecessária contratar músicos profissionais para fazerem os concertos, não valorizando o propósito da associação, que é precisamente a valorização do músico feirense, enquanto jovem. Assim, gostava de perceber se há uma baliza temporal, para que os músicos sejam substituídos quando atingem uma certa idade, bem como saber se há tanta necessidade de recorrer a músicos exteriores ao Município quando este tem instrumentistas mais do que suficientes, questionando se não devia estar estatuído, nos indicadores do contrato-programa a celebrar com a Associação, a questão da idade e a questão da residência ou da frequência de estabelecimentos de ensino em Santa Maria da Feira. -----

Concluindo, questionou quando é que a Associação poderá ter um maestro feirense, a trabalhar com os músicos feirenses de forma mais permanente, realçando que Santa Maria da Feira já tem muito bons maestros que podem colocar os seus talentos ao serviço da Associação. -----

Interveio a deputada municipal **Ana Patrícia Cunha** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----



“O Partido Social Democrata representado nesta Assembleia Municipal parabeniza o Município pela clara aposta estratégica na qualidade e crescimento da Semana Santa de Santa Maria da Feira, nesta que é a 26.^a edição, tendo promovido a sua ampliação quer no espaço, através da descentralização do centro histórico da cidade, quer no tempo, tendo alargado a vivência a todo o tempo Quaresmal e Pascal. -----

Verificou-se um reforço do envolvimento e participação das comunidades eclesíásticas e civil do concelho e que proporcionou um conjunto de eventos e acontecimentos que levaram o público a experienciar momentos especiais da história do cristianismo, aliando as componentes religiosa, cultural e social. -----

De salientar:-----

- O Lançamento oficial da marca “Semana Santa de Santa Maria da Feira”, representativa da identidade e tradição do evento e agregadora dos 4 pilares estruturantes que sustentam a Semana Santa de Santa Maria da Feira, nomeadamente o Grupo Gólgota e o Município de Santa Maria da Feira, em parceria com a Paróquia de S. Nicolau da Fera e Santa Casa da Misericórdia da Feira.-----

- O impacto social e desenvolvimento económico para o território, uma vez que se traduz na afirmação turística e cultural de Santa Maria da Feira no panorama nacional e internacional. Prova disto foi a vitória nos ‘Duelos de Páscoa’, integrados no programa Praça da Alegria, da RTP, no qual deixámos a marca do nosso território e das nossas gentes em três manhãs televisivas, com enfoque na gastronomia, arte e cultura. Além disso, ressalvamos o forte e positivo impacto ao nível da hotelaria, restauração e comércio local. -----

Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira enaltece o papel do Executivo Municipal no reforço do estatuto e projeção nacional, deste grande evento, com um programa singular e atrativo, diversificado e



abrangente, que congregou um total de 35 iniciativas culturais, sociais e religiosas, e que termina, amanhã, com o espetáculo “O Processo de Jesus”, no Cineteatro António Lamoso.”-----

Interveio o membro **Jorge Silva** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O Poder Local Democrático foi provavelmente a maior conquista da Revolução do 25 de Abril de 1974. O grande desafio do Poder Local é ir de encontro às necessidades das suas Populações, muita das vezes substituindo-se ao Poder Central naquelas que são as suas funções. -----

Decorrem neste momento, no Concelho, 95 empreitadas de obra pública que representam um investimento de 23.500.000 €. No Concelho de Santa Maria da Feira temos neste momento mais de 30 projetos para concurso (que representarão cerca de 8 milhões de euros) e mais de 75 futuras obras em fase de projeto. -----

São obras que dão resposta aos anseios das Populações e que representam a chave para termos um território cada vez mais qualificado. Obras que representam investimento acentuado do erário municipal, e que demonstram o acerto naquelas que foram as opções tomadas pelos sucessivos Executivos municipais, pois não só a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira consegue fazer obra, como apresenta contas certas e pelo caminho substitui-se a um Poder Central que se mostra cada vez mais ineficaz a gerir os seus recursos! -----

São obras estruturais e estruturantes para a nossa população e para o território, em áreas tão diversas como as que a seguir enunciarei:-----

Na saúde, e com obra adiantada no terreno encontram-se a USF de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros (já em fase de conclusão), a USF de Canedo e a USF de Milheirós de Poiães. Em fase adiantada de elaboração de projeto temos ainda a USF de Fiães e o novo polo de Santa



Em Gato
Maria da Feira que irá albergar a USF Terras de Santa Maria, a USF Egas Moniz, bem como o Centro de Saúde, com todas as suas valências. Ainda na área da Saúde encontra-se a concurso a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sul – Polo de Romariz.-----

Na reabilitação urbana encontra-se em conclusão a requalificação de toda a envolvente das Termas das Caldas de São Jorge, isto depois de ainda há pouco terem sido concluídas as requalificações da Quinta do Areiro, da Rua da Mata e do largo da Escola Básica da Corga de Lobão, não esquecendo que se encontram em execução um pouco por todo o território concelhio, empreitadas de sinalização horizontal e vertical. Encontra-se em execução uma obra que será determinante para o Desenvolvimento Turístico do Concelho e da Região, que é o Cais do Porto Carvoeiro em Canedo. Em conclusão encontra-se igualmente o Interface de Transportes de Lourosa/Fiães. Em breve será iniciada a obra de requalificação da Feira dos Quatro em Arrifana. Em fase de conclusão de projetos encontram-se as requalificações dos centros das Freguesias de Nogueira da Regedoura, Milheirós de Poiares, e São Paio de Oleiros. De igual forma encontram-se em fase de conclusão de projeto a envolvente à Nossa Sra. da Piedade em Canedo e a Rua de São José, ligação de elevada importância de São João de Ver a Santa Maria de Lamas. Ainda em análise de propostas encontra-se a Avenida do Sarrilha.-----

No desenvolvimento económico e depois de concluída a requalificação da Zona Industrial do Casalinho, encontra-se em adjudicação a Zona Industrial de Mosteirô. Em fase de projeto encontra-se a requalificação da Zona Industrial de Arrifana.-----

No desporto e a par com a requalificação que está a ser feita nos polidesportivos das diversas freguesias está em fase de conclusão a Piscina Municipal de Canedo. Em breve será lançado concurso para o Complexo de Sanfins e que dotará este espaço com uma pista de atletismo que responde a todas as exigências competitivas. Nota ainda para a requalificação e



construção de novos parques infantis nas diversas freguesias. -----
Na educação, encontra-se em fase de adjudicação a reabilitação da Escola
Básica da Póvoa em Paços de Brandão, estando em fase de projeto a Escola
Básica da Feira Centro, obra absolutamente estruturante para a educação
da Cidade Sede do Concelho. Encontra-se em obra a EB1 de Espargo. -----
E por último, no Património, o ex-libris do Concelho encontra-se a ser
cuidado, com obra tendo em vista a consolidação estrutural e reabilitação
da Muralha e ruína do Paço do Castelo de Santa Maria da Feira. De igual
forma decorrem as obras de Reabilitação do Mercado e Biblioteca
Municipal. -----

É, pois, Santa Maria da Feira, um Concelho que continua a estar um passo
à frente, tendo em vista um território cada vez mais competitivo, um
território que cuida dos seus habitantes. -----

Gostaria, ainda assim, de questionar o Senhor Presidente da Câmara
Municipal sobre algo que os Feirenses continuam a ansiar resolução, sem
que do Estado Central se vislumbre ação. Falo neste caso sobre o Tribunal
de Santa Maria da Feira, pretendendo esclarecer o que esperar para o
futuro daquele espaço e da própria infraestrutura.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos
esclarecimentos, começando por abordar as questões colocadas pelo
membro Tiago Paiva. Assim, e sobre a questão dos sem-abrigo e de que
haverá pessoas de Santa Maria da Feira que pernoitam em São João da
Madeira, disse tratar-se de uma questão transversal, que ocorrerá também
no Porto e em Lisboa. Informou que a Câmara não tem identificadas
situações de sem-abrigo, que já teve, mas que resolveu, dando nota que a
grande preocupação da Câmara é resolver as situações que aparecerem e
que é, exatamente, por isso que tem toda uma equipa a trabalhar no setor
social. Reforçou que, mais do que estar a identificar de onde vem um sem-
abrigo, o importante é que, quando aparece um, se resolva a situação dele,



venha ele de onde vier. -----

Sobre as descargas no Rio Uíma disse que a origem das mesmas já foi identificada há cerca de 1 ou 2 anos, que já se sabe quem o faz e porque é que o faz, informando que a gestão deste processo não está no Município, mas sim na APA – Agência Portuguesa do Ambiente. -----

Sobre a Unidade de Saúde Familiar de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura informou que a conclusão da obra está prevista para junho, faltando depois a questão do mobiliário e dos arranjos finais, pelo que, se tudo correr bem, a mesma abrirá ao público nos próximos meses. -----

Quanto às questões colocadas pelo membro Miguel Branco disse, sobre o problema do lixo colocado junto aos ecopontos, que esse é, efetivamente, um problema grave, mas que não se resolve com a colocação de contentores. Acrescentou que os contentores trazem um problema porque, muitas vezes, as pessoas até atiram os sacos do lixo com o carro em andamento, fazendo com que rebentem e provoquem uma pequena lixeira. Referiu que, no entendimento do Executivo, a melhor solução é a recolha, em saco, porta a porta, pois desse modo as pessoas sabem o dia e a hora a que opera a recolha, reforçando que se trata de uma questão de civismo e que a Câmara tem feito muitas campanhas de sensibilização nessa área. ---

Sobre a existência de animais abandonados, nomeadamente cães, disse que a Câmara não tem solução para o problema, salientando que tanto o canil intermunicipal, que recebe os animais dos seis municípios do Entre Douro e Vouga, como o canil da associação Aanifeira, que tem um protocolo com o município de Santa Maria da Feira, estão repletos. Esclareceu que, desde que foi publicada a legislação a proibir o abate, e apesar da realização de grandes campanhas de adoção, oferecendo a vacinação, a desparasitação e a colocação do chip de identificação, o certo é que o problema persiste. -----

Em relação à antiga EB 2,3 Fernando Pessoa disse que vai ser aberto, brevemente, um concurso público, aguardando-se, de momento, o parecer



da DGEST.-----

Sobre a questão do acesso da Cruz, usualmente designado por Túnel da Cruz, reforçou o facto de se tratar de um assunto do Governo, afirmando que a Câmara está disposta a assumir o projeto, que vai custar entre 500 ou 600 mil euros, e já tem o acordo quase finalizado. Fez notar que a Câmara não se quer cingir ao dito túnel, mas também à requalificação da zona da Cruz, pretendendo criar uma entrada diferente para o hospital bem como resolver a situação da passagem inferior em Picalhos, o que fará com a criação de uma rotunda, realçando que estes são os pontos fundamentais que a Câmara quer ver no projeto para tentar minimizar o problema do trânsito naquela zona. Reafirmou que esta é uma competência do Governo, mas que o Município se disponibiliza para fazer o projeto de execução, que é caro, salientando que, a seguir, vai ter que haver um combate político forte com o Governo com respeito à concretização da obra. Sobre aos passadiços em Fiães, de que terá ruído uma parte na sequência das cheias, disse que se tratou de situação pontual, mas que já está tudo resolvido.-----

Quanto à questão da qualidade das refeições nas escolas básicas referiu que os técnicos da Câmara, entre os quais as nutricionistas, acompanham a situação em permanência, acrescentando que os pais são muitas vezes convidados a almoçar na escola para comprovarem a qualidade das refeições. Disse que há uma miríade de situações pelas quais os pais se queixam, dizendo que esta situação em concreto, será analisada.-----

De seguida, aludindo às questões colocadas pelo membro Carlos Martins informou, sobre a questão do canal de denúncias, que não existe nenhuma denúncia. Deu nota que a Câmara recebe muitas queixas, principalmente urbanísticas, que são tratadas, mas que pelo canal de denúncias não recebeu nenhuma.-----

Em relação à pergunta sobre se os municípios têm os seus edifícios identificados, informou que o município de Santa Maria da Feira, até por



causa do programa da habitação, está a proceder ao levantamento e identificação dos edifícios e terrenos até para avaliar a capacidade construtiva, dando nota que esse trabalho está praticamente concluído. ----

Sobre as questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, confirmou que a antiga escola de Goim, em Romariz, vai ser transformada em posto médico, estando a decorrer o concurso, o qual atrasou por causa do parecer da ARS Norte. -----

Disse que, para além dessa, as USF de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, de Canedo e de Milheirós de Poiares estão em obra, que a de Fiães está em fase de projeto, que se encontra adjudicada a ampliação da USF de Rio Meão, o que demonstra que o Município está a investir muito em termos de respostas na área da Saúde. -----

Relativamente à iluminação da via Espargo-Paços de Brandão, informou que vai ser experimentada e colocada iluminação fotovoltaica nas próximas semanas. -----

Quanto à questão dos animais errantes disse já ter dado a explicação. -----

Sobre os edifícios na entrada do Parque Condes de Fijô disse que são propriedade privada, dando nota que, há alguns anos, foi feita uma abordagem pela Câmara para ver da possibilidade de serem adquiridos, mas que o proprietário não quis vender e, pelo que sabe, continua a não querer. Referiu que quando alguém não precisa de vender pede valores absolutamente inoportáveis, e que foi esse o caso, dizendo que, para já, não vislumbra a possibilidade de os adquirir, acrescentando que o Município também tem de ser prudente quanto à vontade expropriativa. ----

De seguida, sobre as questões colocadas pelo membro Job Silva, disse, a respeito do programa de incentivo à natalidade, que foram aprovadas mais de 2600 candidaturas, dizendo que não tem nenhuma intenção de cancelar esse programa, pelo que o mesmo terá continuidade. -----

Relativamente à crítica feita no âmbito da falta de vagas nas creches e jardins de infância, disse que o membro Job Silva demonstrou coragem ao



fazer essa critica forte ao Governo. Referiu que o Governo anunciou creches gratuitas para todos e, agora, não há lugares nas creches, dando nota que já teve oportunidade de questionar a Sra. Ministra a este respeito e ela respondeu-lhe que iria resolver a situação. Confirmou que, em Santa Maria da Feira, não há vagas nas creches e jardins de infância.-----
Quanto às observações feitas pelo membro Marco Gonçalves sobre a Orquestra de Jovens, disse concordar com algumas, dando nota que serão remetidas à direção da Associação para que faça a devida avaliação.-----
Concluindo, a respeito da questão colocada pelo membro Jorge Silva sobre o tribunal, informou ter reunido com o Sr. Secretário de Estado da Justiça, no final do ano passado, e que está praticamente pronto o protocolo, o qual será assinado nas próximas semanas, para a Câmara avançar para o concurso público para elaboração do projeto para, depois, ser feita a obra. -

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 - Ata N.º 10 - Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2023-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 42 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Eva Costa, Regina Silva, Jorge F. Ferreira, Maria F. Oliveira, Rui Filipe Pereira, Armando Teixeira, Nuno Joel Rocha, Ramiro Tavares, Renato Faria e Alberto Tavares.-----

2 - Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (com o



registo de entrada n.º 6.570, em 21/04/2023, na Divisão de Administração Geral), relativo ao II Relatório de 2023, anexo que sintetiza a atividade financeira do Município, a capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e contratados, bem como o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse querer colocar uma questão a propósito da empreitada na Rua do Engenho Novo, em Paços de Brandão, que inclui a requalificação do arruamento, drenagem de águas pluviais e residuais e abastecimento de água. Disse que, segundo o contrato de concessão celebrado com a Indaqua, é responsabilidade desta fazer a extensão e manutenção da rede de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, pelo que pergunta qual a razão para ter sido a Câmara a fazer estas partes da referida empreitada. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que referiu que, na listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados que consta no documento, é possível identificar um investimento, ainda significativo, em aquisição de licenças e subscrição de acessos a software, comentando que, pelas somas, julga ultrapassar os 600 mil euros. -----

Disse que existem soluções de software de acesso livre que permitem manter o mesmo nível de produtividade, para além de assegurarem a poupança de milhares de euros na aquisição destas licenças, acrescentando que esta solução tem sido implementada em diversos setores da Administração Pública. Referiu que alguns municípios se têm destacado na adoção destas práticas, dando nota que, por exemplo, o município de Barcelos foi galardoado, em 2017, com o Prémio Abertura que visa distinguir as entidades que se evidenciaram pela utilização e adoção deste tipo de tecnologias. -----



Salientou que era extremamente vantajoso para o erário público que o Executivo estudasse e implementasse políticas de transição para software de acesso livre, questionando se o Executivo está disposto a adotar políticas que promovam uma transição progressiva para este tipo de soluções. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que, antes de abordar as questões sobre o ponto em apreço, fez notar que até compreende que o Sr. Presidente da Câmara diga, quando se fala de Saúde, Educação ou de Segurança Social, que a responsabilidade é do Estado. Referiu que também já foi presidente de uma junta de freguesia, e que, independentemente das responsabilidades serem do Município ou não, tinha de dar resposta às necessidades da freguesia. Salientou que os órgãos do Município devem preocupar-se com o território feirense, com a Saúde, com a Segurança Social, e que também deve perceber, já que é dado um apoio à natalidade, se as creches do território têm resposta face às necessidades. -----

Quanto ao tema da mobilidade disse não querer crer que o Sr. Presidente da Câmara entenda que a forma do acesso ao hospital também é um problema do Estado, salientando que tal entender não é compatível com a responsabilidade de um presidente de Câmara, ou seja, atirar todo este tipo de responsabilidades do território feirense para o Estado. -----

De seguida, disse ter três questões a colocar sobre a Informação em apreço, a primeira para questionar se a verba de 17.820 euros que é paga ao diretor técnico das Termas de S. Jorge não deveria integrar as Contas da Sociedade de Turismo, que gere as referidas termas. -----

Questionou, ainda, a que diz respeito a verba de 71.750 euros, relativa à aquisição de serviço/apoio técnico na área da economia/gestão. -----

Referiu que a sua última questão é relativa à colocação de limitadores horizontais na Via Estruturante Espargo-Paços de Brandão, no valor de



72.988 euros, perguntando se tem a ver com substituição contínua das chamadas “abelhinhas” ou se está a ser pensada alguma intervenção que garanta maior segurança naquela via.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir à questão colocada pelo membro João Vidal sobre a obra de requalificação da Rua do Engenho Novo. Explicou que a Indaqua tem um contrato de concessão que tem associado um plano de investimentos, onde foram definidos os investimentos a fazer pela concessionária. Informou que, quando há alguma extensão que não consta desse plano de investimentos, que foi feito há mais de 20 anos, é a Câmara que faz a obra, que, depois, passa a ser explorada pela Indaqua, frisando que é isso que está no contrato. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Tiago Paiva, do porquê do Município não usar software livre, disse já ouvir falar dessa matéria há 20 anos e que até estaria disposto a dar 1 milhão de euros a quem arranjasse software livre capaz de resolver os problemas da Câmara. Referiu que as licenças de software da Microsoft, como o Excel e o Word, pagam-se, e que é crime as entidades públicas usarem sem pagar, salientando que há software da área do urbanismo, da área da fiscalidade, da área das finanças, que têm custos de desenvolvimento brutais e cujas licenças são caríssimas, reforçando que o software livre pode servir para pequenas situações, mas que não é para organizações.-----

Referiu que outro problema relacionado é que a Câmara não consegue contratar um engenheiro informático porque qualquer jovem informático ganha 4 ou 5 mil euros por mês, e a Câmara não consegue pagar isso.-----

Sobre o proferido pela deputada municipal Susana Correia, disse ter ficado muito surpreendido pela dor que a mesma mostrou a defender o Governo porque, quando o Governo era do PSD, viu a Susana Correia a atacar fortemente o Governo. Salientou que, ao ouvir a Susana Correia, se



questionou se era a Deputada da Assembleia da República a falar ou se era a eleita na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, realçando que é muito fácil dizer-se que defende os feirenses, quando, por vezes, defender os feirenses é responsabilizar quem não responde às necessidades destes. Salientou que ele defende os feirenses seja quem for o Governo, recordando que, mesmo quando o governo era do seu partido, do PSD, atacou-o muitas vezes, quando este não fazia aquilo que achava que devia ser feito em Santa Maria da Feira. Assim, reiterou que não lhe seja pedido para não atacar o Governo do Partido Socialista, dizendo entender que os eleitos pelo Município de Santa Maria da Feira devem defender o território de Santa Maria da Feira.-----

No que concerne à questão da contratação do diretor técnico das Termas de S. Jorge, disse tratar-se de uma responsabilidade e uma obrigatoriedade da Câmara.-----

Sobre a aquisição de serviço de apoio técnico na área da economia e gestão, explicou que tem a ver com a candidatura feita no âmbito das intervenções nas comunidades desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto, a qual obriga a monitorizar e avaliar as políticas que são implementadas. Alegou que a Câmara tem de contratar este serviço, por 36 meses, no âmbito do PAOITI – Planos de Ação das Operações Integradas dos Territórios de Intervenção, mas que é uma contratação financiada.-----

Quanto à questão dos limitadores horizontais na Via Estruturante Espargo – Paços de Brandão, disse que a verba tem a ver com a substituição do material existente, as chamadas abelhinhas, por limitadores do tipo new-jersey, que são os blocos usados nas autoestradas. Referiu que, apesar do material agora existente ser muito usado em várias cidades da Europa, como Barcelona e Lisboa, houve muitas queixas quanto à segurança, pelo que as chamadas abelhinhas vão ser substituídas por limitadores do tipo new-jersey.-----

Interveio novamente a deputada municipal **Susana Correia** (PS) para, no



seguimento da resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara de que a contratação do diretor técnico das Termas de S. Jorge é da responsabilidade da Câmara, dizer que, tendo em conta que o Município subsidia a exploração da Sociedade de Turismo, com o valor de 295 mil euros, e que esta sociedade tem 6 funcionários no seu quadro de pessoal, não percebe o porquê de o diretor técnico não integrar esse mesmo quadro de pessoal, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** replicou que é uma imposição legal ter um diretor técnico num estabelecimento termal, cargo altamente especializado, e que compete ao concedente, a Câmara, fazer a contratação. Esclareceu que se trata de uma prestação de serviços, por 36 meses, e que custaria o dobro se fosse contratada uma pessoa para integrar o quadro de pessoal, entendendo que está a ser feita uma boa gestão dos dinheiros públicos. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que o Sr. Presidente da Câmara tem vindo a salientar que a vantagem da concessão com a Indaqua é que a concessionária constrói a rede de saneamento e de distribuição de água e, quando terminar a concessão, essa infraestrutura reverte a favor da Câmara. Referiu que, contudo, na obra de requalificação da Rua do Engenho Novo, é a Câmara a construir a infraestrutura, cedendo-a à Indaqua para que esta a explore e lucre com a mesma, questionando se a Indaqua vai reverter à Câmara alguma parte desse investimento, bem como se tais situações pontuais não ficaram acauteladas no contrato da concessão. Disse que deveria estar especificado no contrato que estas obras seriam responsabilidade da Indaqua, e não da Câmara, uma vez que é a Indaqua a explorar e a lucrar com elas, comentando que isso seria um contrato justo, mas que, pelo que já percebeu, o contrato nada tem de justo e nada tem de favorável à Câmara. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a Indaqua faz as obras de



acordo com o plano de investimentos, que especifica as ruas onde têm de ser feitas as infraestruturas, e, no final da concessão, esse investimento passa a ser propriedade do Município. Reafirmou que, nas situações não previstas nesse plano de investimentos, ou o Município faz as obras ou, se pedir à Indaqua para as fazer, tem que lhe pagar por isso. Explicou que, quando foi feito o plano de investimentos, há cerca de 30 anos, havia ruas que não tinham casas, por exemplo, e entendeu-se que não era preciso construir ali as redes, o que é perfeitamente normal. Realçou que, entretanto, a situação evoluiu, promovem-se loteamentos e fazem-se urbanizações, e é preciso fazer as infraestruturas, frisando ser isso que está a acontecer.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.-----

3 – Documentos de Prestação de Contas do Município 2022-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epigrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 24 de abril de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por questionar o que é que falhou para a execução da despesa se ter ficado pelos 60%. -----

Em relação à transferência de competências na área da Educação, questionou qual foi a receita alocada e qual foi o valor gasto, perguntando se, nessa despesa, foi contabilizado o número de funcionários contratados assim como os funcionários que transitaram das escolas. Questionou, também, se foi quantificado o valor relativamente à medicina no trabalho,



se este valor foi alocado à transferência de competências e se foi suficiente para assegurar as necessidades de todas as escolas. -----

Referiu que, na página 49 do relatório, surge que, em 2022, foram admitidos 72 funcionários para a Câmara e saíram 60, significando um aumento de 12 funcionários, questionando quantos é que, destes, foram alocados à Educação. Disse saber, pela experiência de outros municípios, que o valor recebido do Estado relativo à transferência de competências será deficitário face às necessidades, questionando a que rubricas a Câmara foi retirar dinheiro para saldar essa diferença. -----

Concluindo, questionou se a razão para a Câmara ainda não ter assinado a transferência de competências na área da Saúde é por ter a consciência de que o valor a ser transferido é deficitário. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Este ano de 2022 foi o primeiro em que, enquanto partido político, a Iniciativa Liberal pode acompanhar o mandato da autarquia de Santa Maria da Feira. E foi por isso que, com particular atenção, analisamos este relatório de gestão da Câmara, e, como em todos os relatórios da vida de uma instituição, há sempre ações positivas e negativas, há sempre investimentos que são acertados, há investimentos que são errados. E a Câmara Municipal, como o Sr. Presidente da Câmara aqui fez, e muito bem, o seu papel, cabe-lhe defender o seu trabalho. Não duvidamos que resultou de muito trabalho, muito empenho, muito esforço do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, e das equipas que os acompanham, mas a esta Assembleia cabe o papel de escrutínio. E o que aqui está em causa é exatamente a avaliação política desse trabalho. Não vamos, por isso, analisar ação a ação, evento a evento, reunião a reunião, projeto a projeto, mas sim politicamente como é que nós vemos o trabalho do município neste ano, que é isso que estamos aqui a fazer. -----



E, claramente, a Iniciativa Liberal tem uma visão diferente para o concelho e tem uma abordagem diferente à forma como se gere a Câmara Municipal. E este relatório confirma plenamente essa diferença. Se não, vejamos. -----
O Sr. Presidente começa este relatório, a primeira frase que aparece no relatório é: 2022 foi um ano de viragem. Será que foi, de facto, na atividade municipal, um ano de viragem?-----

Então, fomos à procura desta viragem, virando as 600 páginas, ou lá quantas são, do relatório, tentando encontrar grandes diferenças em relação a relatórios anteriores e a planos de atividades anteriores. E confesso que não encontramos tantas diferenças assim, não encontramos tantas ideias novas assim, e continuamos também a encontrar um relatório que, enquanto documento, é um documento maçudo, pesado, listagens imensas de atividades, mas que não permite leituras críticas, sintéticas, comparação entre o prometido e o realizado, e, acima de tudo, a eficiência do investimento público naquilo que são os objetivos de política pública.-----

Não há essas sínteses, não há esses indicadores, e também não se contextualiza o concelho como ele é hoje. Não se fala qual é a população do concelho, a atividade económica, a atividade social, a atividade cultural do concelho, para além daquilo que é capacidade do município. Fala-se só para dentro de portas, para dentro de casa, como se o município não fosse a representação dos munícipes para o desenvolvimento do concelho como um todo. Fala como instituição que está fechada em si, e que relata aquilo que ela faz, e não aquilo que são as consequências na vida coletiva do concelho. Temos pouquíssimos indicadores sobre o resultado efetivo da transformação positiva do concelho, daquilo que o município, com o dinheiro dos contribuintes, está ou não a conseguir fazer. E essa contextualização não é indiferente, e há municípios que o fazem muito bem, em relatórios de atividades e em relatórios de contas, como podem consultar, há 308 para consultar, e há muitos que o fazem muito bem. -----



E, portanto, na verdade, também já não tínhamos grandes expetativas, porque já no contexto do plano de atividades e orçamento, tínhamos dito que o que se verificava era um completo comodismo, estou a citar-me, e até alguma preguiça, e que não se reconhecia um designio de futuro, uma visão estratégica, um rumo para o concelho. E este relatório, esta realidade, confirma essa antecipação porque não encontramos, de facto, essa ideia de viragem. Na prática, o que encontramos é um copy-paste de relatórios anteriores, um copy-paste de atividades anteriores, não se questionam porque é que se mantêm aquelas atividades, fazem-se porque sim, sempre se fizeram e volta-se a fazer igual, com resultados mais ou menos iguais, com os mesmos problemas por resolver, em que se trazem muitas listas, mas não os efetivos contributos de ações para o desenvolvimento, em que se descreve exaustivamente a realização, mas não o resultado, que é o que interessa às pessoas.-----

E, portanto, o que os feirenses querem saber não é quantas reuniões se fizeram, é sim qual o impacto que isso teve na vida das pessoas. Não querem saber quantos estudos ou projetos a Câmara está a fazer todos os dias, querem saber quantas realizações e obras em concreto estão a acontecer. E nisso é muito omissivo o relatório. Falta uma clara definição de objetivos estratégicos e também há uma falta de ligação entre esses objetivos e as atividades concretas. Não se percebe, para aquela atividade, que objetivo concreto se propõe resolver, que problema quer abordar. -----

Como disse, falta uma visão de futuro para o concelho, porque acreditamos que a visão política é aquela que informa o trabalho técnico, e não o contrário. -----

E quando não se sabe para onde se quer ir, qualquer percurso serve, e quando não se é claro onde se quer chegar, também não é possível, de forma rigorosa, avaliar o desempenho político do município. E, à falta de objetivos estratégicos mensuráveis, nós tivemos que nos socorrer de um instrumento, para poder avaliar, já que o relatório não o traz. E esse



instrumento é simples, é o próprio programa político que o PSD apresentou aos eleitores deste concelho. E penso que o que temos que avaliar é o confronto entre o resultado desta atividade e o programa político, e foi esse exercício que fizemos.-----

Vou passar aqui a citar só algumas dessas diferenças entre a promessa política e a realização afetiva do município. -----

Quanto à Natalidade, já foi aqui trazido este assunto, e nós não fazemos reuniões preparatórias dos inquéritos nesta Assembleia, até porque são partidos diferentes. A primeira promessa, até foi anterior às eleições, mas era obviamente uma ação de campanha eleitoral, foi anunciado com pompa e circunstância que se ia combater o envelhecimento do concelho. Obviamente, objetivo com que estamos de acordo. Mas, não estamos tão de acordo com aquilo que se entendeu como instrumento para esse objetivo, e, então, o Sr. Presidente tirou um coelho da cartola, que é atribuir um apoio financeiro de 600 euros anuais a cada criança residente no concelho até completar 3 anos de idade.-----

A nós, pareceu-nos eleitoralismo, mas ficamos a aguardar pelos resultados, com toda a humildade. Pois, primeiros resultados, até 31 de dezembro foram aprovadas 2.648 candidaturas e foram já gastos 1,130 milhões de euros relativos a candidaturas de crianças nascidas entre 2019 a 2022. 3 anos. Não nos é dito nada sobre quantas crianças efetivamente nasceram no concelho, se esse valor é maior do que nos anos anteriores, se estamos ou não a combater os indicadores de envelhecimento, nada sobre esse assunto, zero. Mas, tentando fazer uma estatística simples, tentando deduzir essa informação que não existe, se dividirmos as 2.648 candidaturas por 3 anos, dá-nos 895 crianças por ano. Ora, vamos fazer comparações. Portanto, 2020, 2021, 2022, 895 em média por ano. Estamos, ou não, então a aumentar a natalidade no concelho? Vamos comparar com 2018. Diminuiu. Em 2018 tínhamos tido 1.051 e, em 2011, nos censos anteriores, 1.248. Portanto, continua a descer. Aparentemente,



porque não temos mais dados que não a leitura, em estatística simples, daquilo que é os dados que a Câmara não apresenta neste relatório.-----

E outra pergunta, será que todos os beneficiários vivem efetivamente no concelho? Acreditamos que não.-----

Ou seja, a pergunta é, esta medida está a ter resultados? Sim, ou não? Para já o resultado foi gastar o dinheiro dos munícipes, mas o objetivo político que era aumentar a natalidade e combater o envelhecimento, aparentemente, porque ninguém o reflete no relatório, aparentemente não foi conseguido. Já se gastou o dinheiro, mas ainda não tivemos o resultado.-----

Na Educação, o Sr. Presidente prometia no seu programa político apostar essencialmente no ensino profissional e técnico-profissional, como opções preferenciais dos alunos do concelho. Estamos completamente de acordo com este objetivo. Será que isto aconteceu? Será que este ano contribuiu para esse objetivo? Foi aumentada a oferta de ensino profissional? Houve, de facto, uma mudança nas escolhas dos nossos alunos do concelho em relação ao ensino profissional, mais do que havia antes? E fui à procura, no relatório, dessa resposta. Zero de respostas sobre esta questão concreta. O que diz é que a autarquia promoveu reuniões com entidades formativas da rede pública de forma a delinear uma estratégia para captação de investimentos para a criação de Centros Tecnológicos de Especialização. Números concretos de estudantes que foram para o ensino profissional, do aumento dessa formação, de qualificação dessa formação, zero de respostas. Não sabemos, portanto, se estamos ou não conseguir cumprir esse indicador.-----

Na Cultura, anunciava-se também uma grande inovação, os Dias do Burgo, com um papel dinamizador da nossa oferta cultural e turística ao longo do ano. Não que estejamos completamente de acordo com o formato, mas a ideia de manter a atividade todo o ano e de promover o território todo o ano, obviamente é um desejo de todos os feirenses. No relatório, o



que é que encontramos em concreto sobre esta proposta e esse objetivo político que está apresentado no programa eleitoral? Apenas se refere que não foi realizado, e o argumento que foi usado é que não foi realizado porque houve uma pandemia e porque houve obras no Castelo. Ora, isto não era para ser todo o ano? A ideia não era que o Burgo fosse todo o ano? Em 2022, houve 12 meses de pandemia? As obras no Castelo não eram antecipáveis? E a pergunta é, o que é que é, em concreto, o resultado desta opção política, de criar este evento? Mantém-se, ou não, como objetivo? Aliás, o dinheiro foi devolvido ou foi creditado na relação com a Feira Viva? E, já agora, por falar em Turismo, que indicadores de concreto temos? O que temos é lista de atividades, feiras onde se participa, promoção que se fez. Mas, concretamente, temos uma alteração do perfil dos turistas? Temos mais oferta hoteleira? Temos mais pessoas a gastar mais noites no concelho, com menos sazonalidade fora dos eventos, com mais valor por turista no concelho? Zero respostas sobre isso no relatório.-----
Fala-se também, no Desporto, na pista de Sanfins, mais uma vez se fala da promessa e do projeto, agora é o IPDJ, depois vamos ver o que é que vai ser. Gostamos, de facto, de ver a realidade, acreditamos que vai acontecer, continuamos a acreditar que vai acontecer. -----
No Desenvolvimento Económico, o Sr. Presidente afirmava, no seu programa político, que a nossa ambição, agora, é criar emprego qualificado e bem remunerado. Pois, procuramos no relatório resultados sobre esta aposta política, mas não percebemos, de facto, qual foi o resultado neste sentido. Sabemos, apenas, que os trabalhadores de Santa Maria da Feira continuam a ganhar, em média, um salário mais baixo do que a média da Área Metropolitana, mais baixo que o Norte de Portugal e mais baixo que o resto do País. Esse é o resultado objetivo que temos hoje. Sabemos que, obviamente, não é o município que define os salários das pessoas, mas se se propõe, politicamente, aumentar o rendimento médio dos feirenses, tem que responder, politicamente, por isso também. É isso que nós esperamos



da responsabilidade política. E o que se destaca é a realização de uma conferência, como agora foi aqui destacado pelo Sr. Presidente.-----
No Ambiente, diz o programa político do PSD que vamos implementar o plano de ação para a energia sustentável e o clima, que define as ações concretas para atingir a meta de redução de, pelo menos, 40% nas emissões de CO2 até 2030. Completamente de acordo. Aqui quantificou o resultado. E estamos atentos se até 2030, de facto, o concelho de Santa Maria da Feira reduz em 40% as emissões de CO2. E, portanto, já esperávamos que este relatório começasse a apresentar alguns resultados nesse sentido. Pois, zero informação sobre o tema. Não sabemos quais as emissões reais de CO2 que temos, mas continuamos a saber que temos emissões poluentes nas ribeiras do concelho, isso sim. -----
Nos Transportes prometia-se, na essência, como projeto-âncora, a requalificação do Nó da Cruz/Passionistas, foi apresentado também já aqui o ponto de situação, continuamos a aguardar que seja cumprido este projeto político. Para já, o que vimos foi pouca evolução sobre esse assunto, como não vimos Santa Maria da Feira no Plano Ferroviário Nacional, nem vimos Santa Maria da Feira no Plano de Expansão do Metro do Porto, que são também, a nível dos transportes, ações objetivamente estratégicas para o concelho, e de grande utilidade para os feirenses.-----
Outra medida que foi anunciada logo na primeira assembleia, com pompa e circunstância, foi a construção dos novos Paços do Concelho. Um projeto com o qual nós não estamos de acordo, mas, obviamente, democraticamente, quem venceu as eleições tem todo o direito de o querer implementar. Também procuramos o ponto de situação, o que vimos foram 3D bonitos, resultados do concurso de ideias, mas a pergunta que se faz é, nos serviços técnicos do município o que é que já avançou, e o que vimos foi que houve apenas um estudo de enquadramento urbano. É isso que encontramos descrito no documento. E a pergunta é, quando é que começa a obra, de facto, quanto custa, como é que vai ser financiada e quando é



que estará concluída? -----
Quanto à revisão do PDM, também um instrumento fundamental para o planeamento do território, pesquisando este assunto no relatório, o que encontramos é que houve uma análise de sugestões dos munícipes, mas muito pouco mais do que isso está referido no relatório. Também gostávamos de saber se foi omissão ou se há mais avanços neste assunto. - Podíamos estar aqui toda a noite a fazer este exercício, fizemos noutras áreas, não temos tempo para falar de tudo, mas o que queríamos aqui fazer era este exercício de escrutínio político, promessas e resultados, contributos dos investimentos com o dinheiro dos contribuintes para a satisfação do bem-estar dos contribuintes deste concelho. -----
Sobre a parte financeira, não temos muito tempo para uma análise detalhada, deixamos apenas alguns comentários mais genéricos.-----
Como o Sr. Presidente diz, e agora é moda dizê-lo, o município tem as contas certas. Mas seria! As contas certas é uma condição do exercício da política pública e da execução da gestão orçamental pública. E quem não o cumpre, quem não tem as contas certas, tem resultados até penais, no limite. Mas, também quero dizer que é muito fácil ter contas certas quando se cobra os máximos em impostos às pessoas, é muito fácil fazer assim, qualquer um de nós, mesmo na sua empresa, se pudesse cobrar impostos aos outros, tinha as contas certas, com certeza. E essa é que é a questão concreta, é quanto é que nós podemos ter de contas certas, não cobrando o máximo às pessoas. Esse é que é o exercício, o compromisso que se quer num bom gestor público. E, nesse caso, o que diz o relatório é que, relativamente aos impostos diretos, a Câmara cobrou aos munícipes mais de 37 milhões de euros, que representam 71% das receitas próprias, quase mais 2 milhões do que no ano passado. -----
Portanto, não foi só o Governo que ganhou com a inflação, e os feirenses também estão a pagar com mais pobreza para que o Estado continue a embolsar mais recursos. Num concelho que se diz que tem um saldo de



gerência de mais de 50 milhões de euros, porque é que foi preciso cobrar mais impostos aos feirenses, que estão com mais dificuldades económicas? Quando o município, no fim do ano, poupa e tem no banco 50 milhões de euros? É isso que tem de transição de saldo de gerência. -----

Tínhamos mais a falar sobre a parte financeira, mas como não temos muito tempo, queria só sublinhar o aumento do peso das despesas correntes, de 51 para 66%, o aumento do custo com pessoal, que temos consciência que resulta, parte dele, da integração dos colaboradores da área da educação, porque decorre da transferência de competências, mas também sabemos que há um peso fixo que fica nas contas do município e que é importante considerar para o futuro, porque, hoje, o custo com pessoal, aumentou proporcionalmente o seu peso nas contas do município. E não temos que ficar indiferentes a esta questão, porque é um fardo que transferimos também para os próximos anos, não por responsabilidade do município, obviamente, mas é uma análise política que também temos que verificar. Mesmo assim, são 465 pessoas que vêm nesta transferência, mais 72 para outras funções, portanto, temos 537 pessoas mais a ser pagas, todos os meses, no quadro da Câmara Municipal, o que é um peso bastante grande, com a responsabilidade também que tem. -----

Em resumo, para terminar, o que vemos é uma Câmara centrada em si própria e, não poucas vezes, na sua propaganda, trabalhando mais para as redes sociais do que para a população, uma Câmara mais pesada e burocrática, dedicada mais à microgestão do que à estratégia, uma Câmara sem mecanismos de inovação na governança pública, sem mecanismos de corresponsabilização com a sociedade civil, com as empresas e com os cidadãos. Este relatório não apresenta uma clara demonstração de impactos das políticas a curto, médio e longo prazo, não monitoriza resultados, não tem uma leitura analítica do contexto do concelho. -----

E, como dissemos no ano passado, falta uma reflexão crítica, mas fundamental, sobre o alinhamento da ação municipal em relação aos



grandes desafios do concelho, do país e da Europa, no tema da descarbonização, da acessibilidade, da transição digital, etc. E a pergunta é, como é que nós podemos reagir às mudanças do mundo para que Santa Maria da Feira fique mais competitiva, como é que podemos atrair investimento produtivo e qualificado, atrair população jovem e capacitada? E a estas questões, o relatório não dá resposta. Não é esta a forma de gerir o município com a qual nos identificamos, não é este o concelho que sonhamos para as próximas gerações, e, perante tudo isto, não podemos, obviamente, aprovar este relatório, porque achamos que os feirenses merecem mais.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que o Município tem feito investimentos em função dos recursos que tem, sendo por isso considerado um município com contas certas. -----

Deu os parabéns à Câmara por ter instalado iluminação LED na rede pública, salientando que essa foi uma boa aposta porque, volvidos alguns anos, veem-se as vantagens, comentando que caso já se tivesse avançado para os equipamentos fotovoltaicos, dentro de alguns anos poder-se-ia elogiar a poupança obtida e a redução da pegada de carbono do Concelho. - Disse não entender que se queira enaltecer alguém por ter conseguido requalificar um espaço de uma freguesia, pois considera que a obrigação de quem lidera os destinos do Concelho é promover, dia a dia, melhores condições para o território. -----

Referiu que, numa altura em que se procura cativar investimentos, é preciso perceber que as zonas industriais estão saturadas e que é necessário equipá-las com as devidas condições, proporcionando qualidade de vida para quem ali vai trabalhar, para que, por exemplo, não tenham de usar terrenos limítrofes como estacionamento. -----

Salientou que o Município continua a cometer os mesmos erros de há muitos anos pois promove, com pompa e circunstância, a implantação de



empresas, e muito bem, pois traduzem valor acrescentado para o território, mas, depois, não lhes proporciona as devidas condições porque faltam infraestruturas nas zonas industriais. Referiu que, aos poucos, as zonas industriais do Concelho estão a ser requalificadas, mas que ainda estão muito longe de serem excelentes, como se pretende fazer crer. -----
Disse que Santa Maria da Feira não consegue responder às necessidades atuais, em infraestruturas, em acessibilidades, em condições de vida, comentando que o Concelho não pode ser visto como atrativo e, depois, não responder às necessidades e às expetativas das pessoas. -----
Salientou que, a nível ambiental, estão a ser dados pequenos passos, fazendo algum investimento e alguma educação cívica, mas, contudo, continua-se a praticar o consumismo e a não conciliar a evolução dos tempos com a necessidade que a natureza exige para se regenerar por si própria. Disse que são criados parques de lazer e outras infraestruturas, mas, depois, nem sequer são aproveitadas as linhas de água existentes para fazer a rega, optando-se por usar água da rede pública. -----
Referiu que, como já mencionou, a variante Espargo-Paços de Brandão é usada por centenas de pessoas para praticar exercício físico, comentando que essas têm de estar sempre atentas à estrada porque a via não oferece condições de segurança, assim como não tem iluminação pública, dizendo que este é dos exemplos existentes no território. -----
Disse que, em anteriores sessões, questionou a Câmara por ter viabilizado um passeio que não cumpre a legislação e que, provavelmente, terá de ser rebitado para ser colocado um piso diferenciado e mais seguro, que corresponda às necessidades das pessoas com deficiência visual, fazendo notar que situação similar acontece junto ao supermercado Aldi e no empreendimento de luxo contruído na zona da Capela de Campos. Referiu querer deixar este alerta porque tais situações acontecem no dia a dia do Concelho, comentando que o Município de Santa Maria da Feira, apesar de ter um bom orçamento e ter contas certas, está muito aquém das



necessidades mínimas para ser um concelho de excelência. -----
Concluindo, disse que a rede viária está, aos poucos, a ser repavimentada e equipada com infraestruturas, e que já se começam a ver algumas inaugurações, como o caso da Rua da Mata, mas que tal trabalho já devia estar a ser feito há mais de 20 anos porque as ruas já existiam, fazendo sobressair que, quando se constrói é preciso, além de pensar no presente, pensar no que se quer deixar aos vindouros. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Era claro para todos, aquando da votação do orçamento municipal para 2022, que 2022 seria um ano muito difícil para todos os feirenses, para as famílias e para os trabalhadores, e sentia-se que a pobreza e que a desigualdade social tinha aumentado com a pandemia, e sabia-se que a especulação nos combustíveis e na habitação eram já uma realidade. -----

E, ainda assim, este executivo insistiu num orçamento de serviços mínimos, um orçamento marcado por baixo apoios sociais, pelas respostas de sempre e, como é claro, um plano de sempre leva a respostas insatisfatórias aos problemas de hoje. Continuamos com problemas claros na habitação, no nosso município, onde mais de 1.700 pessoas aguardam uma resposta a pedidos de habitação. A nossa rede de transportes é manifestamente deficitária, degradada e não responde às necessidades de mobilidade dos feirenses. Necessitamos de uma solução transformadora deste serviço tão fundamental para o nosso desenvolvimento. Continuamos com salários abaixo da mediana nacional. Os apoios sociais são insuficientes, continuamos com problemas na capacidade de algumas unidades de saúde, dispersas pelo município. -----

Este baixo investimento em áreas inegavelmente prioritárias e assumido pelo próprio executivo, é também observável não só ao nível do planeamento, mas, também, ao nível das percentagens baixas de execução



em algumas rubricas centrais para a política do nosso município em 2022. O trabalho desenvolvido na execução do 1.º Direito é corolário da incapacidade de implementação da Estratégia Local de Habitação. A realidade da habitação em Santa Maria da Feira fala por si só. De acordo com os últimos dados disponíveis pelo Instituto Nacional de Estatística, o valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares aumentou 32% desde o 1.º trimestre de 2020, e o preço mediano das casas aumentou 27% no mesmo período.-----

Os salários não acompanharam, de todo, esta subida, traduzindo-se num aumento insustentável das taxas de esforço, num município onde todos os indicadores demonstram que se ganha abaixo da mediana nacional.-----

Portanto, a conclusão de tudo isto é que vive-se pior hoje, em Santa Maria da Feira, do que em 2020, e são necessárias respostas que controlem e limitem a subida dos preços na habitação. Os números avançados pelo próprio executivo neste relatório de execução mostram esta problemática.--

Segundo o relatório de gestão, e passo a citar; decorrente da operacionalização da Estratégia Local de Habitação, em 2022 procedeu-se à atualização dos processos de procura habitacional, tendo sido registados até 31 de dezembro, 670 processos ativos, sendo que destes 151 correspondem a novos processos abertos em 2022, e representando um aumento de 27 processos face ao ano transato. -----

Isto não só quer dizer que as dificuldades no acesso à habitação estão a aumentar, como o executivo também não tem capacidade de resolver os problemas que já decorrem de anos anteriores.-----

Perante esta realidade, não se consegue compreender que o programa do 1.º Direito, cujo acordo de colaboração foi assinado em 2021, tarde tanto em ver a luz do dia. Precisamos de soluções para ontem e é fundamental que o executivo compreenda que o seu papel e a sua função se justificam pelas respostas que efetivamente dá. E, na habitação, obra feita, muita



pouca se está a ver. -----

O Bloco de Esquerda quer um concelho diferente, um concelho onde se promova uma verdadeira justiça social, e sentimos que este nível de execução de atividades não é o caminho que deve ser seguido, pelo que votaremos contra o documento apresentado.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“No ano passado, eu iniciei esta discussão com uma dicotomia. Eu dizia que nós não podíamos ter uma Câmara rica e, em vez de termos uma Câmara rica, apenas devíamos ter uma sociedade próspera. E o Sr. Presidente disse, a dada altura, que o adjetivo rico não era correto, e, em contrapartida, que deveríamos usar o substantivo riqueza, que isto era uma riqueza. E, de facto, concordo consigo. Bem vistas as coisas, eu concordo consigo porque o cenário financeiro do município dá um conjunto de vantagens de atuação do município perante o território. -----

O prazo médio de pagamentos é um caso, a não necessidade de endividamento é outro, podemos ter melhores condições de aquisição de bens e serviços junto de fornecedores, é verdade, e, portanto, esta situação financeira e patrimonial é uma evidência, é um facto, não vale a pena estar a desmenti-la. É não só essa questão do prazo médio de pagamento, é nós sabermos que o património líquido aumentou 14 milhões de euros à boleia dos resultados líquidos, é perceber que temos uma dívida municipal a cair, principalmente à média de 2 milhões de euros por ano, situando-se, neste momento, em 11 milhões de euros, é a integração de um saldo de gerência tendencialmente crescente, neste caso, de 103 milhões de euros, e, portanto, enfim, isto são factos e não vale a pena estar constantemente a chover no molhado. Como diz o povo, tiramos o chapéu e siga para a frente.-----

No entanto, há um conjunto de questões que gostaria de fazer,



nomeadamente já nesta parte. A dada altura, na apresentação do novo edifício dos Paços do Concelho, o Sr. Presidente dizia, para quem ali estava presente, que ainda tinha o objetivo de poder vir a inaugurar o edifício. ----- Isto porquê? Porque tendo em conta a situação do imobiliário atual, tendo em conta os custos de construção crescentes, e tendo em conta que se trata de uma obra que poderia custar, ou poderá custar, cerca de 20 milhões de euros, e, portanto, forçaria o município a socorrer-se de endividamento, e as condições do financiamento seriam diferentes agora, eu perguntaria se não seria mais ajuizado, mais pertinente, esperar por uma outra altura para que a obra fosse feita com melhores condições. Mas o Sr. Presidente já acabou por responder, não será feita agora.-----

Eu tinha ainda outra questão sobre a maneira como está a ser feita a gestão da liquidação dos nossos passivos financeiros. Isto porquê? Porque, enfim, nós vemos os saldos de gerência a serem valores muito elevados, a desvirtuarem, já quase por completo, os orçamentos que são aprovados no final do ano anterior, e, portanto, eu pergunto se não seria desejável e preferível definirmos, por exemplo, um montante de liquidação de passivos financeiros de 4 milhões por ano, até ao final do mandato, o que permitiria chegar ao final do mandato sem os passivos financeiros, isto é, sem os empréstimos bancários. Seria uma situação única praticamente a nível nacional, e os recursos estão lá. Portanto, em vez de termos um saldo de gerência de tal forma gordo e desproporcionado, era preferível, digo eu, abater os passivos financeiros mais rapidamente, até porque tinha um benefício reputacional. Não percebo porque é que não se o faz.-----

Depois, eu quero tocar num ponto que o Carlos também tocou, que é a avaliação de políticas públicas. E nós, de facto, não fazemos essa análise no relatório e contas. E a avaliação das políticas públicas é fundamental não só porque permite que se defina implicitamente metas, permite definir se existe ou não uma correção de caminho a fazer-se, mas também permite saber se atingimos ou não essas metas.-----



Eu vou dar alguns exemplos, o Carlos deu alguns, o Ângelo, do CDS, deu outros, mas vou dar alguns exemplos. -----

Por exemplo, a dada altura, falava-se da programação nas escolas primárias. Qual é o ponto da situação? Quanto qual é que tem sido o feedback? As aprendizagens pioraram noutras áreas? As crianças aderem entusiasticamente? É preciso alterar alguma coisa? -----

Por exemplo, os Fóruns Sociais. Que metas se definiram aquando da sua criação? Que intentos qualitativos existiam *ab initio*? Conseguimos superar algum dos nossos problemas estruturais? O que dizem os nossos presidentes de junta? Mudámos o curso? Tudo questões pertinentes e sem resposta. -----

Por exemplo, o Programa Conforto Habitacional não teve nenhum apoio. O Programa Autoconstrução teve apenas 4 pessoas apoiadas. As Residências Partilhadas constam apenas com 2 agregados. Que conclusões tirar disto? Esta é uma participação aceitável? Não há nada que tenha sido mal concebido? Não há nada a modificar? -----

O incentivo à natalidade. Já se tocou aqui ao de leve nisso, mas eu vou tentar pegar ainda por outra perspetiva. Porque aqui os objetivos eram claros, aumentar a natalidade. Eu sei os dados, a natalidade aumentou ligeiramente. O problema é que também aumentou na esmagadora maioria de todos os municípios do país, e no cômputo geral, no país também. O que quer dizer que, com este apoio ou sem este apoio, a natalidade aumentaria. Ora, estando nós a falar de um programa que, em velocidade de cruzeiro, poderá custar anualmente 2 milhões de euros, não será um falhanço demasiado grave? Fica a questão. -----

Os investimentos municipais. Já procuraram conhecer o efeito multiplicador na nossa sociedade dos principais investimentos e programas desenvolvidos? -----

Vou dar outro exemplo. O Sr. Presidente referia, a propósito da Viagem Medieval, que a mesma terá um retorno para a nossa sociedade na ordem



dos 10 milhões de euros, ou seja, um orçamento inicial de cerca de 1 milhão e meio de euros repercute-se em cerca de 10 milhões de euros. Creio que ninguém tem dúvidas que isto é excelente e deve continuar. -----

O mesmo se pode dizer aquilo que já foi também aqui referido hoje, a substituição das luminárias por LED, a qual permitiu obter poupanças anuais na casa dos 50%, poderemos vir a falar disso. Creio que ninguém tem dúvidas que isto é um investimento que foi positivo e deve ser replicado tanto quanto possível. Mas, quando olhamos para a nossa história de investimentos, no nosso concelho, apercebemo-nos que andamos há mais de 30 anos preocupados com obras, muitas delas desastrosas e com rentabilidade duvidosa, tal como o PEC em Santa Maria de Lamas. É uma história de centenas de milhões de euros em obras, cujo retorno para a sociedade está por apurar. O Presidente do executivo certa vez afirmava, e passo a citar: 'estivemos a pavimentar, estamos a pavimentar e haveremos de continuar a pavimentar'. Eu pergunto, não estará na hora de procurar amainar o desejo por betuminoso e por passeios com guias de granito, para optar por um investimento assente na capacidade de gerar resultados para as nossas famílias e para as nossas empresas? É que convém recordar que temos a 3.^a maior taxa de IMI do distrito e a derrama não tem qualquer diferenciação face aos concelhos vizinhos.-----

Sobre a situação económica e financeira do território, o Carlos também tocou ao de leve nesse ponto, eu quero ir um pouco mais além. Uma vez que o executivo, e bem, faz uma análise da evolução económica e social do território para formular juízos de valor sobre a sua própria ação. E, a meu ver, acho que o deve fazer porque, no final do dia, nós estamos aqui para servir, essencialmente vós, para servir os munícipes. Como tal, por mais bem intencionados que sejamos, por mais alarido que façamos com aquilo que fazemos ou prometemos, se, no final do dia, isso não se reflete em dados concretos na vida das pessoas, de alguma forma, teremos falhado.---



E, Sr. Presidente, Santa Maria da Feira é Portugal, é certo, mas os territórios à nossa volta também o são. E as coisas não estão a correr como deveriam para os trabalhadores em Santa Maria da Feira. Veja-se, um trabalhador em Santa Maria da Feira ganha abaixo da média nacional e abaixo da média da Área Metropolitana do Porto. Temos um salário médio de 1.155 euros, inferior à média nacional em mais de 130 euros por mês. Por ano, os feirenses, em média, ganham menos um salário em comparação com os seus congéneres a nível nacional. Menos um salário!-- Mas não é só o ponto de partida que é mau, é a trajetória porque, em média, enquanto em Espinho os salários aumentam 92 euros, em Arouca 46 euros, na Maia 69 euros, em Paredes 37 euros, no Porto 57 euros, em Santo Tirso 62 euros, na Trofa 66 euros, no resto do país 42 euros, em Santa Maria da Feira aumentaram apenas 30 euros.-----

Sr. Presidente, caros colegas e caras colegas, onde está o sucesso económico e social do nosso território, quando temos estes resultados para apresentar? Enquanto apresentámos dados espetaculares na balança de bens, superior a 840 milhões de euros, algo que nos podemos orgulhar, perguntámo-nos: o que está a falhar para que isto não se traduza em algo concreto na vida das pessoas? E, Sr. Presidente, já sabemos o que pensa sobre Lisboa, eu acompanho-o sobre isso, mas o sorvedouro de recursos em que se traduz a capital é o mesmo para nós, como é para Famalicão, para Braga, para Maia, para Vale de Cambra, para Aveiro, etc. Sabe, Sr. Presidente, é que, na realidade, as coisas não são por acaso, e podem até ser desconcertantes, uma vez que o senhor pode dizer 'atraímos investimento sem precedentes', mas os outros também o podem dizer. Vou-lhe dar apenas alguns exemplos. Penafiel, 50 milhões de euros do Grupo Trofa Saúde; Maia, 25 milhões de euros do grupo DHL e 6 milhões do grupo Mercedes Benz; Paredes, 17 milhões de euros nas empresas da área do setor imobiliário; Santo Tirso, 73 milhões de euros em plataformas logísticas do LIDL, 40 milhões de euros da AIRBUS, 44 milhões de euros da



empresa PACOLI. Poderia continuar e acrescentar a explosão de cadeias de supermercados, do mercado imobiliário, das cadeias de *fast food*, em quaisquer dos territórios vizinhos. -----

Sr. Presidente, qual foi o último grande investimento que Santa Maria da Feira beneficiou, um investimento estruturante como teria sido a Amy Kitchen, capaz de impactar nos salários e condições de vida dos feirenses? - Tiveram, aqui no Europarque, uma sessão que procura discernir quais os impactos na economia nacional decorrentes de um processo de desglobalização que está a ocorrer atualmente na economia mundial, o chamado encurtamento das cadeias de abastecimento. Que conclusões, que estratégias é que pretendem definir para tentarmos apanhar um pouco desse quinhão que poderá vir para a Europa, e para Portugal também? ----- Enfim, era só, se tiver oportunidade e se for necessário, poderei vir intervir novamente.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por dizer que o grupo municipal do PSD está alinhado com a Câmara e, como tal, esta sua intervenção serve para demonstrar o apoio e dar nota que o grupo municipal do PSD vota favoravelmente os documentos em apreço. -----

Disse que, para o PSD, o ano de 2022 foi um ano de viragem e acredita que, para muitos feirenses e portugueses que sofreram com a pandemia durante 3 anos, em particular para quem perdeu familiares, também foi, admitindo que, para quem permanece na utopia liberal, não tenha sido um ano de viragem. Realçou que, para além da pandemia, em 2022 irrompeu a guerra na Ucrânia, dando nota que, em resultado desta guerra, o Município acompanhou 215 cidadãos ucranianos deslocados, que foram recebidos em Santa Maria da Feira.-----

Salientou que nesta sua intervenção, e uma vez que, nesta sessão, o seu colega Jorge Silva e o Sr. Presidente da Câmara, já mencionaram muita da obra física concretizada no Concelho, iria enaltecer a obra não física.-----



Aludiu ao processo da descentralização de competências, que classificou de complicado e burocrático, dizendo que este processo causou o aumento do número de funcionários e o crescimento da própria Câmara, obrigando a uma estruturação diferente e a uma mudança profunda do Município. -----
Disse também querer destacar o incentivo à natalidade e congratular o Executivo pela implementação desta medida, frisando que este incentivo está, num 1.º aspeto, relacionado com a estratégia da Câmara ao longo do tempo em que é presidida por Emídio Sousa, que se prende com a criação de emprego, e de emprego altamente qualificado, no Município.-----
Referiu que, no espaço de um ano, não se podem retirar conclusões imediatas quanto ao sucesso deste incentivo, ressaltando que é muito fácil vir falar de medianas quando o País tem vários outliers, como Lisboa e grande parte dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, assim como o Porto e alguns municípios limítrofes, nomeadamente Matosinhos e, de certa forma, Vila Nova de Gaia. Salientou que, além disto, Santa Maria da Feira é um município altamente heterogéneo na realidade que apresenta e, conseqüentemente, na realidade industrial e económica e, por isso, nos salários praticados. Reforçou que a natalidade se prende com o emprego porque, se os jovens não tiverem emprego, certamente, não existirá natalidade.-----
Referiu que o 2.º aspeto é relativo à questão da habitação, que é um problema reconhecido por todos, dando nota que o Município está a desenvolver uma estratégia neste âmbito, a qual ainda seria discutida nesta sessão, num ponto posterior da Ordem do Dia. -----
Disse que o 3.º ponto diz respeito à Saúde, salientando que não há município do país que tenha tanta construção de Unidades de Saúde Familiar como Santa Maria da Feira, em diferentes fases de construção/projeto, enumerando as de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, Milheirós de Poiães, Canedo, Rio Meão e Romariz, ao que acresce a ampliação do Hospital de S. Sebastião. -----



Salientou que o 4.º aspeto prende-se com os espaços de lazer e espaços verdes, destacando a ciclovia da Feira e o percurso urbano do Cáster, a requalificação das margens do Rio Uíma e a 3.ª fase do passadiço dessas margens, assim como a construção da ciclovia Espargo-Paços de Brandão. Realçou também a introdução, em 2022, da mobilidade elétrica no Município, com muito sucesso, bem como a distinção da praia fluvial da Mãoa com os galardões “Praia com Qualidade de Ouro 2022” e “Praia Acessível – Praia para Todos!”. Destacou ainda a requalificação de 14 parques infantis, e também a manutenção permanente, o embelezamento, as podas, os cortes e as plantações do Município, tornando-o um município agradável de ver.-----

Disse que, em 5.º lugar, queria falar do setor do Turismo em Santa Maria da Feira, salientando que basta ler a mensagem do Sr. Presidente da Câmara, no início do Relatório, para perceber que o Concelho registou um crescimento de 24,58% das dormidas e 35,4% do número de visitantes de equipamentos culturais e turísticos. Realçou que, a isto, associa-se uma grande medida, no entender do grupo municipal do PSD, que foi a transferência do Castelo da Feira para o Município, que poderá alavancar, ainda mais, a tendência de crescimento do Turismo. -----

Prosseguindo, sobre afirmação de que é obrigação do Município ter boa gestão financeira, realçou que o Município, dentro dessa obrigação, é o melhor dos municípios do país de grande dimensão e o segundo melhor entre todos os municípios, o que considera positivo.-----

Sobre a questão do saldo de gerência, abordada pelo PS e IL, explicou que a grande maioria dos cerca de 50 milhões de euros está cativo para obras que estão em fase de concurso ou em fase de aprovação do Tribunal de Contas, em diferentes fases, e que este valor não pode ser alocado a mais nenhuma despesa para além daquela a que já está alocada. Comentou ter ficado admirado ao ver, nesta sessão, a IL a posicionar-se à Esquerda, assemelhando a respetiva intervenção àquelas que o PCP e o BE



usualmente fazem, acrescentando que a IL pode estar a transformar-se. ----
Em relação aos resultados financeiros destacou que o prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 6 dias, dizendo que isso é extraordinário porque significa que o pagamento é imediato, devendo-se a curta demora apenas às questões burocráticas. -----

Salientou que não foram realizados quaisquer novos empréstimos de curto, médio ou longo prazo para financiamento da atividade municipal, e que a taxa de execução da receita cobrada líquida foi de 104,34%.-----

Referiu que é verdade que a receita do Município aumentou, mas que ainda gostava de perceber, como a receita do Município tem a ver com a inflação, pois o Município não cobra IVA, acrescentando que, na sua opinião, o aumento da receita municipal tem muito a ver com o aumento da atividade económica e o aumento do valor dos imóveis, porque o IMI é a grande fonte de financiamento do Município. -----

Concluindo a sua intervenção, disse que a taxa de execução geral da despesa foi de 60% e que a taxa de execução da despesa de capital foi de 50%, tendo aumentado significativamente face a anos anteriores, dando nota que a dívida do Município, contabilizada de acordo com os parâmetros anteriores, diminuiu 16,17%, ou seja, menos 2.162.270,63 euros. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse que, sendo a situação financeira do Município boa, julga existirem todas as condições para, no Orçamento Municipal para 2024, ser contemplada uma redução da derrama para as empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, deixando este repto ao Executivo. Referiu que a verba em questão é uma gota no oceano e, em termos reputacionais, seria uma medida muito positiva para o Município. -----

Disse querer recordar ao membro Carlos Seixas que o saldo de gerência que transitou para 2023 foi de 60 milhões de euros, e que esse saldo tem vindo a aumentar, acrescentando que os fundos disponíveis do Município



são 24 milhões de euros, que é o saldo de gerência menos os compromissos assumidos, de cerca de 36 milhões de euros. Disse que, como o saldo de gerência tem vindo a aumentar e os compromissos assumidos não têm aumentado assim tanto, e como também se tem assistido a um aumento dos fundos disponíveis, então o Município tem recursos disponíveis. Salientou que, com isto, não está a dizer para o Município gastar esses recursos, mas, pelo menos, usá-los para liquidar mais rapidamente os passivos financeiros, para que a inclusão do saldo de gerência não desvirtue por completo o orçamento que é votado no ano anterior, comentando que isso não faz qualquer sentido. -----
Concluindo, disse que não só existem recursos disponíveis como se nota, pelos mapas de fluxos de caixa, que estão disponíveis depósitos a prazo, pelo que, se há depósitos a prazo, é porque esse dinheiro não é para ser usado de momento. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse querer dar uma nota sobre a análise aos salários praticados no Concelho, referindo que, a este respeito, o membro Carlos Seixas afirmou que a análise era bastante influenciada pelos outliers, ou seja, pelos valores extremos de salários que fazem com que a média nacional aumente, comparativamente com Santa Maria da Feira. -----

Salientou que os números que mencionou, na sua intervenção anterior, são os números da mediana, esclarecendo que a mediana não é tão influenciada por estes valores extremos, na comparação entre os municípios, pelo que, quando o BE diz que, em Santa Maria da Feira, se ganha abaixo da mediana nacional, o que está a dizer é que a metade da população que, em Santa Maria da Feira, recebe menos, recebe menos do que a metade que recebe menos no resto do País. -----

Realçou, ainda, que a proximidade do salário mínimo com o salário mediano é um indicador preocupante para a economia, fazendo notar que



o indicador da eficiência económica em Santa Maria da Feira é pior do que quando comparado com a média nacional. -----

Concluindo, disse que o primeiro passo para resolver o problema dos salários baixos que existem em Santa Maria da Feira é reconhecer que esse problema existe, acrescentando que as estratégias analíticas que tentam mitigar o problema que efetivamente existe não ajudam a identificar as soluções. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que o Sr. Presidente da Câmara, estando a meio do seu último mandato, vai deixar o Concelho com os mesmos problemas estruturais porque, apesar de ter havido uma evolução qualitativa em muitas áreas, o túnel da Cruz fica por resolver, o acesso prioritário ao hospital fica por resolver, a mobilidade entre freguesias para veículos pesados fica por resolver, obrigando a que tais veículos passem pelos centros urbanos para chegarem às zonas industriais, destruindo os pavimentos e obrigando a que tenham de estar permanentemente a ser reabilitados. -----

Referiu que, apesar de se congratular por os bombeiros já terem recebido a autoescada, sabe que eles continuam a queixar-se por, aproximando-se a época de incêndios, não haver uma estratégia operacional, com pontos de água e com o mapeamento dos acessos a determinadas áreas, principalmente do interior, que facilite o trabalho que irão ter. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara, apesar da grande campanha de marketing que é feita para promover as concretizações no território, vai continuar a deixar o Concelho com muitas brechas no respeitante a infraestruturas básicas, pois continua a não haver, por exemplo, o centro coordenador de transportes de Santa Maria da Feira, o que faz com que as camionetas façam paragem junto a um simples quiosque. Referiu que Santa Maria da Feira continua a ser visto como um município muito bem localizado, mas com muita parra e pouca uva. -----



Disse que o Município tarda em dar soluções ao nível da oferta de habitação, ressaltando que este será o grande desafio dos próximos anos. Realçou que a densidade populacional está a diminuir em muitos centros de freguesias, estando alguns a ficar vazios, salientando que ou são tomadas medidas urgentes ou esses centros vão perder serviços devido ao número insuficiente de pessoas para os manter. -----

Referiu que, apesar de muitas dessas políticas poderem ser empurradas para o governo, também têm muito a ver com as políticas municipais, dizendo esperar que a Estratégia Local de Habitação possa, na próxima década, dar uma resposta eficaz a este problema, comentando que não basta ter contas certas e dinheiro em contas a prazo, pois é preciso agir e munir o Município com as devidas condições para as gerações futuras. -----

Salientou que o sistema Andante ainda não está implementado no território, e que vai esperar para ver quantos anos vai demorar a ter paragens de autocarros em condições, com o respetivo mapa de utilização das respetivas linhas, para que as pessoas possam usufruir do Andante na sua plenitude. -----

Disse que, a nível ambiental, a Câmara falhou novamente na questão da recolha seletiva, levando a que haja fregueses de primeira e de segunda categoria. Realçou que a recolha seletiva não é o lixo ser recolhido porta-a-porta, acrescentando que se o Município não conseguiu encontrar empresas capazes de cumprir esse projeto na plenitude, porque algumas zonas mais desertificadas não são tão vantajosas, devia ter procurado alternativas, como fizeram alguns municípios, para munir todo o território com esse serviço e abranger todos os municípios. -----

Referiu que a competência de um município é balizada pela resposta que dá a todos os municípios, fazendo notar que há freguesias do Concelho onde o projeto da recolha seletiva ainda não chegou, e que há outros casos similares, terminando por dizer que continua a acreditar que os feirenses são todos feirenses de primeira. -----



Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir à questão colocada pelo membro João Vidal a respeito da transferência de competências na área da Educação. Deu nota que o Município tem essa competência desde o mês de abril de 2022 e que o valor transferido, ligeiramente acima de 7 milhões de euros, é, para já, suficiente, acrescentando que há uma comissão de acompanhamento que fará as devidas correções, frisando que essa é a promessa do Governo e que espera venha a ser cumprida. -----

Quanto ao número de funcionários que foram alocados ao setor da Educação, disse não chegar a 500, mas que o número exato consta do Relatório. -----

Sobre a intervenção do membro Carlos Martins disse que quando vê alguém a falar muito de estratégia, é porque esse alguém não leu nada dos documentos, porque não sabe ou não acompanha, comentando que estes estratégias são, normalmente, pessoas que falam de muitas coisas, mas que, depois, não fazem nada. -----

Em relação à afirmação de que há municípios que fazem relatórios muito mais bonitos, referiu que o relatório do Município é feito pelos funcionários, comentando que se fosse contratada uma empresa externa, gastava 50 ou 60 mil euros, para ter um documento espetacular a apresentar, do ponto de vista gráfico, mas que, no concreto, não diria nada. Salientou que prefere ser objetivo e dizer que fez a requalificação da Quinta do Areeiro, que fez duas das melhores zonas industriais do país, que está a requalificar todas as zonas industriais, que está a fazer cinco Unidades de Saúde Familiar, que já requalificou 1.000 dos 1.650 quilómetros de estradas do território, acrescentando que a colocação de piso betuminoso nas estradas é um processo permanente porque, ao fim de alguns anos, o piso fica deteriorado e é preciso fazer a repavimentação. - Frisou que a estratégia do Município é clara e está bem definida, dando



nota que, por exemplo, na área da Saúde, passa por ter médico de família e enfermeiro de família para todos, assim como ter boas condições de trabalho para tratar os doentes, ressaltando que Santa Maria da Feira é dos melhores municípios do país nesta área, tendo atingido plenamente o objetivo estratégico que foi definido. -----

Disse que foi feita a requalificação da rede viária, estando as estradas do território com boas condições de circulação, assim como está a ser feita a requalificação dos centros urbanos, realçando que isto é estratégia no sentido de devolver as populações ao espaço público, para usufruto da comunidade. Falou dos passadiços e das vias cicláveis, bem como da disponibilização das trotinetas e bicicletas elétricas, comentando que, num futuro não muito distante, o Município terá condições para que as pessoas deixem o carro em casa e, em alternativa, se desloquem de bicicleta ou de trotinete elétrica, reforçando que tudo isto diz respeito a objetivos estratégicos que foram bem delineados. -----

Referiu que, da mesma maneira, foi um objetivo estratégico despoluir as linhas de água, também para possibilitar ter os passadiços, comentando que, hoje, é agradável passear junto ao rio Uíma. Disse ser verdade que, por vezes, acontecem descargas poluentes no rio Uíma, o que não devia acontecer, mas que o rio não tem emissões poluentes, realçando que o rio está a recuperar a vida e que qualquer pessoa pode comprovar isso. -----

Sobre o subsídio à natalidade e os estudos, informou que o Município tem, no âmbito do PDM, o estudo demográfico e socioeconómico, dizendo que não quis incluir todos estes aspetos no documento, pois o mesmo ficaria com milhares de páginas e seria absolutamente intragável. -----

Quanto à questão de discutir política, disse que o país está farto de gente a discutir política e de serem poucos os que concretizam as coisas, e que basta ver que a localização do novo aeroporto está a ser discutida há 50 anos e ainda não se sabe onde vai ser feito. Salientou que o PSD apresentou, em Santa Maria da Feira, um programa que já foi sufragado,



por duas vezes, pelos feirenses, e que o Executivo está a cumprir esse programa. -----

Quanto à questão se é possível surgir algo que faça o Município inverter algum investimento, esclareceu que é sempre possível porque o planeamento de médio e longo prazo está sujeito a ajustes. -----

Sobre a construção dos novos Paços do Concelho informou que, na última reunião de Câmara, foi adjudicado à empresa vencedora o projeto de execução, no valor de mais de 800 mil euros, ressaltando que é um projeto feito com conta, peso e medida, como todos os projetos levados a cabo pelo Município. Referiu que, naturalmente, leva tempo, pois é preciso planear, arranjar dinheiro, elaborar projetos de execução, salientando que tudo isto tem de ser feito em cumprimento com as regras da contratação pública. Frisou que todo o Executivo trabalha no duro com o objetivo de fazer as coisas acontecerem, comentando que é desonesto, política e intelectualmente, não ver o óbvio e não reconhecer o trabalho a acontecer no terreno. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Daniel Gomes disse, quanto à crítica de que não vê investimentos, que o objetivo de ter emprego qualificado, com melhores salários, está a ser cumprido. Mencionou os investimentos feitos pela Faurecia, pela Multicuir, pela Magnanni, pela Louis Vuitton, entre muitos outros, acrescentando que estão a concretizar-se investimentos de milhões de euros no Concelho, que criam milhares de postos de trabalho qualificado e pagam melhores salários. Salientou que o planeamento estratégico foi feito e que os investimentos estão a ser concretizados, frisando que o Município está no bom caminho e está pujante. -----

Voltando à questão do subsídio à natalidade informou que não tenciona acabar com ele, dizendo julgar que o incentivo de 600 euros por ano, até aos 3 anos de idade, é um bom incentivo, mas que não sabe se esta medida vai, ou não, aumentar a natalidade. Referiu que a pouca natalidade



é um problema mundial que, nos países desenvolvidos, se coloca com maior gravidade, dizendo não conhecer nenhuma solução milagrosa até porque, hoje em dia, os casais querem ter poucos filhos, ou até nenhuns, para terem outras condições de vida. -----

Sobre a afirmação de que a Câmara de Santa Maria da Feira é rica, mas a sociedade é pobre, disse que a Câmara não é rica, mas que procura ser bem gerida e usar essa boa gestão ao serviço da população. Disse que exemplo disso é que paga aos seus fornecedores no prazo de 6 dias, o que é um grande incentivo à economia local, pois faz funcionar bem a economia. Realçou que o subsídio à natalidade só foi dado porque a Câmara tinha condições para o dar, e que outro exemplo é a construção dos novos Paços do Concelho, que poderá custar 20 milhões de euros, apesar de ainda não saber o valor exato, que só ficará a conhecer depois de concluído o projeto de execução. Disse que, respeitando quem pense de maneira diferente, considera que é verdadeiramente necessário centralizar os serviços que, neste momento, estão espalhados por diversos edifícios, o que não é funcional e, do ponto de vista da gestão, não é bom. Salientou que o Município de Santa Maria da Feira tem crescido e, hoje, é um dos baluartes económicos do país, pelo que entende que chegou a altura de ter um edifício municipal com a dignidade que muitos outros têm. Referiu que, se tudo correr bem, a construção iniciar-se-á neste mandato, mas que, como a obra demorará 2 ou 3 anos a concretizar, já não será ele a inaugurar-lo, mas que assistirá à inauguração se for convidado para isso. Salientou que só faz obra quem tem dinheiro, que esse é o bom princípio de gestão, e que o Executivo conseguiu pôr a Câmara com dinheiro disponível e a investir, ressaltando que a Câmara só não faz mais porque não consegue ter mais empreiteiros a trabalhar, e não por falta de vontade nem por falta de projetos. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse entender que o Relatório em apreço espelha uma gestão cuidada, reforçando que é



com orgulho que diz que, com toda a sua equipa e com todos os feirenses, a Câmara está bem e recomenda-se, e que isso é fruto do trabalho dos seus gestores. -----

Interveio novamente o membro **João Vidal** (CDU) que disse, relativamente ao número de trabalhadores admitidos no ano 2022, que 465 trabalhadores foram provenientes da transferência de competências na área da Educação, mas que, além desses, foram admitidos 72 trabalhadores. Questionou quantos destes 72 trabalhadores ficaram afetos à área da Educação, e se foram contabilizados na área da Educação. -----
Perguntou, ainda, se uma das razões para a Câmara ainda não ter assinado o auto da transferência de competências na área da Saúde é por considerar essa verba insuficiente. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse não ter presente quantos dos 72 funcionários admitidos ficaram afetos ao setor da Educação, mas que terão sido alguns, designadamente alguns assistentes operacionais porque algumas escolas não cumpriam os rácios exigidos, bem como para substituir alguns funcionários que saíram. Referiu que a Câmara tem uma grande dinâmica quanto às admissões, mas que não se restringem à área da Educação, comentando que também são contratados funcionários, como engenheiros e arquitetos, para outros setores. Recordou que existe uma comissão de acompanhamento para, no respeitante à transferência de competências na área da Educação, avaliar as necessidades e acertar os valores, se for caso disso. -----

Em relação à transferência de competências na área da Saúde informou que o processo está muito atrasado, porque o próprio Ministério não está a dar resposta. Salientou que, na área da Educação, o Ministério da Educação trabalhou bem, tendo sido feita toda uma avaliação dos edifícios, das pessoas, e funcionou bem, mas que tal não está a acontecer na Saúde,



estando-se a trabalhar para tentar acelerar esse processo. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD:29, PS:2 – David Neves e Francisco Andrade, IND), 14 votos contra (PS:13, BE) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar os documentos relativos à prestação de contas do Município do ano de 2022, bem como a proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2022.-----

4 – Documentos de Prestação de Contas 2022 – Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----

5 – Documentos de Prestação de Contas 2022 – Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente, lembrando que os mesmos são presentes à Assembleia para conhecimento. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 24 de abril de 2023 e restante documentação que as acompanha – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse, sobre a empresa Feira Viva, ter uma questão a colocar relativamente à rubrica de Gestão de Eventos, tanto na componente da receita como na despesa. Referiu que, na componente da despesa, estavam orçamentados cerca de 230 mil euros e foram executados 7.191 euros, e, na despesa, foram gastos 322 mil euros quando o previsto era 230 mil euros, indicando que foram gastos mais 92 mil euros e recebidos menos 223 mil euros. Questionou o porquê destas grandes diferenças no respeitante à rubrica mencionada. -----



Quanto à empresa Sociedade de Turismo disse que, no relatório apresentado, falta um ponto que, no entender da CDU, poderia permitir à Câmara propor outras medidas como forma de rentabilizar o subsídio à exploração que atribui àquela empresa, que é o custo médio por cada utente. Concluindo, reforçou que este dado poderia servir para fazer outras propostas e, até, para tirar maior rentabilidade do subsídio à exploração que o Município concede. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por comentar que ficou claramente demonstrada, nesta sessão, a importância da IL ter ganho assento nesta Assembleia, até face ao nervosismo que gerou nos membros do PSD, acrescentando que os argumentos debatem-se com argumentos e que é isso que a IL traz a este órgão, de forma educada e construtiva, trazendo pontos de vista diferentes sobre os assuntos.-----

Sobre as empresas municipais disse que, no entender da IL, sempre que há áreas que têm uma relação com o mercado, em que são prestados serviços que têm um retorno financeiro, elas podem e devem ser criadas e serem um instrumento de política pública por via do município.-----

Referiu que a Feira Viva tem demonstrado, ao longo dos anos, a sua função, que é gerir eventos desportivos, eventos culturais e alguns equipamentos, como o parque ornitológico e, mais recentemente, o Europarque, fazendo notar que a IL está de acordo e não põe em causa esse princípio, ao contrário de outros partidos.-----

Disse que, no entanto, é preciso manter a atenção quanto àquilo que é o dia a dia da gestão da Feira Viva, realçando que ela, pelas transferências que constam no relatório, custa cerca de 2,2 milhões de euros ao Município, quando gasta 2,5 milhões de euros em pessoal, com os cerca de 100 colaboradores que tem. Referiu que essas pessoas são precisas, certamente, mas pretende sinalizar esta proporção entre a transferência do Município e aquela que é uma das despesas centrais da Feira Viva, pois



não sabe se os feirenses têm noção desta situação. -----
Salientou que os resultados de 2022 da Feira Viva, sob o ponto de vista da receita, foram históricos, pois teve 5 milhões de euros de receita, também em resultado do esforço dos seus colaboradores, dizendo que, apesar deste dado, existem algumas questões que preocupam a IL. -----
Disse que, ao ler o relatório da Feira Viva, não encontrou uma única vez a expressão “serviço público”, comentando que aparecem muito as expressões “resultado económico” e “dimensão empresarial”, mas que não vê onde está claramente demonstrada essa relação entre o que é de serviço público e o que não é, dizendo julgar que se perdeu um pouco esta noção. - Neste âmbito, questionou se, por exemplo, faz sentido ser uma empresa municipal, com o dinheiro dos contribuintes, a fazer atividades ‘mindfulness’, perguntando se não há, no mercado, quem as faça, com o mesmo tipo de cuidado e o mesmo tipo de preços. Disse pensar que, em algumas dimensões, a Feira Viva começa a escorregar para a própria necessidade de continuar a crescer, não se perguntando se faz sentido ser uma empresa criada pelo Município, com fins públicos, a prestar este serviço, comentando ter algumas dúvidas quanto a isto. -----
Quanto à situação do Europarque disse que, contrariamente ao que tinha antecipado, hoje está claro que fez sentido a Câmara intervir no Europarque, reconhecendo o esforço e os resultados das pessoas que pegaram nesse desafio. Neste contexto, referiu o exemplo do pavilhão Altice Arena, salientando que o mesmo era gerido pelo Estado, mas, a certa altura, percebeu-se que, se calhar, já estaria maduro o suficiente para ser concessionado. Questionou quando é que se entenderá que o Europarque pode passar por um processo similar, dado que se dedica, atualmente, a receber eventos empresariais e institucionais, como bancos e seguradoras, e que se deve questionar se tal tipo de serviços deve, ou não, ser prestado pelo Município.-----
Disse também querer deixar uma nota positiva a respeito do Zoo de



Lourosa, salientando que é um equipamento difícil de gerir, mas que, na sua opinião, vale a pena fazer o esforço. -----

Sobre a equipa de Natação Adaptada da Feira Viva disse que, obviamente, é um orgulho de todos os feirenses. -----

Concluindo disse, a respeito da Sociedade de Turismo, e porque o seu tempo de intervenção já se havia esgotado, que apenas reforça o princípio geral de que o serviço público deve estar sempre à frente das empresas municipais. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que é bom ver resultados positivos daquele que é o investimento de dinheiro público. -----

Aludindo ao Zoo de Lourosa referiu que era bom conseguir divulgar melhor aquele equipamento, proporcionando-lhe maior visibilidade e, também, melhores acessibilidades ao espaço, para permitir o aumento do número de visitantes, frisando que aquele equipamento não é para dar lucro, mas sim para dar prestígio ao Concelho, pois é um parque quase único na Península Ibérica, pelas dimensões e condições que tem. -----

Sobre a gestão das piscinas municipais disse considerar que é um bom serviço público que a Feira Viva presta, acrescentando que, com a comparticipação do Município, os preços são acessíveis, permitindo que mais pessoas utilizem as piscinas para a prática desportiva. -----

No que diz respeito aos eventos disse saber que muita despesa é comparticipada pelo Município, pois é este que os promove, que investe e que paga o bilhete a muitas pessoas, e depois, a receita entra nas contas da Feira Viva. Referiu que esta situação é positiva porque, para além de promover os eventos, cativa as pessoas a visitá-los, desejando que tais eventos se continuem a expandir. -----

Aludindo às Termas de S. Jorge disse que esse equipamento é um ex-libris do Município, acrescentando que, dado que ainda é preciso um forte



investimento municipal para que as termas continuem a funcionar, há que continuar a trabalhar para que se tornem sustentáveis. -----
Concluindo, disse esperar que a Feira Viva e a Sociedade de Turismo possam, um dia, atingir o auge para que não precisem de apoio municipal, na ordem dos 30% dos custos operacionais que têm, para desempenhar as suas funções e manter os equipamentos que gerem. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que os documentos de prestação de contas de 2022 das empresas municipais não mostram nada de novo, nem alteram aquela que é a posição do BE sobre o enquadramento e o papel das empresas municipais. Referiu que são empresas dependentes das transferências da Câmara, pelo que o BE reitera a questão que sempre colocou, ou seja, se assim é, para que servem as empresas municipais. -----

Disse que todos concordarão que as empresas municipais têm menor escrutínio democrático, e que exemplo disso é que os seus documentos de prestação de contas são presentes a esta Assembleia para conhecimento, e não para serem votados. -----

Concluindo, referiu que as atribuições e funções das empresas municipais estão dentro daquilo que são as atribuições executivas da autarquia, e, como tal, entende que deveriam estar sob a alçada integral do Município e sujeitas ao escrutínio democrático dos órgãos eleitos, do qual esta Assembleia é representativa. -----

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que, aludindo aos documentos de prestação de contas da empresa municipal Feira Viva, disse que os mesmos tornam evidente que tudo o que está relacionado com o setor cultural, designadamente as atividades, espetáculos e demais eventos, deixou de ser o maior problema da empresa municipal, o que deixa o grupo municipal do PS bastante agradado. Referiu que tal situação ficou mais



evidente no ano de 2022, pois as atividades muito beneficiaram com o regresso à normalidade após pandemia, com o consequente retorno financeiro. -----

Em segundo lugar, referiu que o grupo municipal do PS é da opinião que há uma evidência, da qual ninguém pode fugir, que é a de que os custos estruturais da própria gestão da empresa municipal, e dos seus vários equipamentos, comprometem muito a posição da empresa e o seu processo de sustentabilidade. Salientou que, sendo assim, é preciso um esforço maior para reduzir despesas e, dessa forma, minimizar a dependência face às transferências do Município. -----

Disse que uma boa medida de gestão foi acabar com os arrendamentos dos pavilhões no Cavaco e em São João de Ver, pelos quais a Feira Viva pagou de rendas, no ano de 2020, 512 mil euros, lembrando que essa sugestão partiu do PS e foi bem acolhida. -----

Salientou que a problemática da sustentabilidade financeira dos vários equipamentos terá solução, acrescentando que não vale a pena insistir, como tem acontecido, com a ideia absurda de que o PS não tem presente a missão social da empresa municipal, pois tem essa preocupação bem presente, destacando que é preciso manter os preços acessíveis para que o maior número possível de pessoas possa usufruir dos equipamentos municipais. Disse que, contudo, no entendimento do PS, a abordagem da empresa municipal não pode passar pelos 32 contratos, por ajuste direto, que já foram feitos em 2023, quando ainda decorre o mês de abril, frisando que a abordagem terá de ser outra. -----

Ainda, sobre os documentos, deu duas notas, a primeira para lamentar que os mesmos não apresentem, mesmo que a título excepcional, a variação do volume de negócios por equipamento/atividade relativamente ao ano de 2020, ao início da pandemia, e não somente ao ano de 2021, pois essa informação ajudaria a enquadrar melhor a tendência e o significado dos dados atuais. -----



Referiu que a segunda nota é para dizer que, apesar de todo o destaque que merece o aumento do volume de negócios da Feira Viva, que atingiu, pela primeira vez, os 5 milhões de euros, ficou surpreso com o fraco desempenho do Europarque, com apenas 10% do total do volume de negócios, 520 mil euros, o que leva o PS a pensar que o potencial deste equipamento está muito aquém do que é suposto alcançar.-----

Interveio a deputada municipal **Maria Fátima Oliveira** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Estes documentos de prestação de Contas da Sociedade de Turismo na realidade não apresentam nada de novo relativamente àquilo que tem vindo a ser apresentado ao longo dos últimos anos. Vemos que as participações nos tratamentos afinal não vieram resolver os problemas da conjuntura financeira desta empresa municipal o que nos levar a crer que, de facto, a estratégia de gestão das Termas de S. Jorge continua a ser insuficiente e pouco ambiciosa.-----

- Do ponto de vista da Comunicação e Marketing verifica-se que continua a faltar uma projeção mais ampla das Termas, uma projeção de cobertura nacional. Aliás, a Feira Viva detém uma forte equipa de comunicação e uma forte aposta nesta área enquanto que a Sociedade de Turismo não tem 1 único profissional afeto à área da Comunicação. São duas empresas municipais em que uma tem uma capacidade comunicacional completamente desproporcional à outra. Seria de refletir sobre esta disparidade e sobre a forma como se poderia aqui partilhar recursos ou equacionar a afetação de profissionais nesta área de uma forma mais equitativa nas duas empresas municipais. -----

- Ainda no que respeita aos recursos humanos, continuamos a verificar que dos 36 funcionários, apenas 6 fazem parte do quadro. Os restantes 30 vão todos os anos para o desemprego de dezembro a março, o que é uma



situação vergonhosa que continua a acontecer, sendo que há trabalhadores nestas condições há mais de 25 anos. A resolução deste problema tem de ser uma prioridade porque não é aceitável que uma empresa municipal continue a promover a precariedade dos seus trabalhadores. É preciso dinamizar mais o turismo termal criando uma estratégia de serviços mais diversificada e uma capacidade comunicacional mais eficaz. -----

- E é claro que quando falamos das Termas, temos de falar da sua envolvente. As obras arrastam-se ao longo do tempo criando prolongados constrangimentos a moradores, comerciantes e obviamente não são um bom postal de boas vindas para os termalistas. Mas de qualquer forma continua a faltar uma lógica de investimento a pensar numa estratégia de Turismo Termal. Por exemplo, não existe esforço em captar investimento para a construção do hotel, ou seja, os banhistas vêm fazer os seus tratamentos, mas ficam hospedados noutros locais de maior interesse turístico como Gaia, Porto.-----

É certo que uma estratégia global deste género implica tempo, implica anos de planeamento e concretização, mas consideramos que já houve tempo suficiente, anos e décadas suficientes, para que o Município olhasse para este equipamento, que é uma das maiores riquezas do concelho, e o potenciasse a um nível de desenvolvimento que trouxesse efetivamente mais valias para o território.”-----

Interveio a deputada municipal **Joana Fonseca Silva** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Importa realçar o que foi referido, que a empresa municipal Feira Viva é a primeira empresa municipal que apresenta certificação de qualidade no âmbito da gestão de equipamentos e eventos, tendo em 2022 renovado essa certificação, tendo-se destacado por exemplo a dinâmica da



organização, os resultados de desempenho obtidos. -----

As vendas e prestações de serviço, ultrapassaram os 5 milhões de euros. ---

De realçar a forte dinâmica da Feira Viva, como por exemplo: -----

- Acentuou-se uma utilização pós pandémica das Piscinas Municipais; -----
- No Zoo de Lourosa verificou-se uma afluência que superou os 30 mil visitantes, a primeira vez que o Zoo atinge este número;-----
- A Viagem Medieval após um interregno por todos conhecido, avançou e surpreendeu com mais uma grandiosa edição, a 25.^a edição; -----
- No que diz respeito ao Europarque constata-se a forte afluência dos utilizadores tendo superado os 150 mil visitantes; -----
- A equipa da Natação Adaptada, no ano de 2022, contou com 38 atletas, tendo sido contemplada com medalha de ouro da Federação Portuguesa de Natação. De realçar que existem 5 atletas que integram a Seleção Nacional, e a equipa masculina sagrou-se campeã nacional. -----

Importa enfatizar o facto da empresa municipal Feira Viva, mesmo estando sujeita a várias adversidades, tem feito um esforço por dinamizar, envolver e acrescentar valor ao nosso município.-----

No que diz respeito à Sociedade de Turismo, o volume de negócios corresponde a um aumento face a 2021.-----

No que às Termas diz respeito importa realçar os quase 30 mil visitantes que usufruíram das mesmas; de realçar as posições nos rankings nacionais e regionais cimeiros na utilização das termas para fins terapêuticos. -----

Importa assim, dar nota do bom trabalho realizado de forma a promover e proporcionar as melhores condições de saúde e bem-estar para todos os feirenses que necessitem destes tratamentos e também para todos os cidadãos que nos visitam de fora do nosso município.” -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer, em relação à questão colocada pelo



membro João Vidal, que o valor recebido a menos na rubrica "Gestão de Eventos", tem a ver com um desconto que houve em relação a um subsídio da Câmara, pelo que o valor foi retirado. Quanto aos custos a mais explicou que tem a ver com o facto de se ter realizado o Mercado de Natal associado ao Perlim, o qual não estava previsto.-----

Em relação à intervenção feita pelo membro Carlos Martins disse que, por vezes, quando as coisas são evidentes, nem se escrevem, dando nota que é evidente que todas as atividades que a Feira Viva tem, ou a esmagadora maioria, são interesse público, dizendo que essa referência pode vir a ser mencionada nos próximos relatórios da empresa municipal.-----

Sobre a questão colocada pelo membro Ângelo Santos a respeito das acessibilidades ao Zoo de Lourosa, realçou que essa é uma preocupação, de longos anos, que a Câmara tem, mas que tais dossiês não são fáceis de gerir. Informou que a intenção da Câmara é abrir uma via para ligar a Zona Industrial do Fundão à zona onde está situada a empresa CINCA, e daí fazer um acesso preferencial ao Parque Ornitológico de Lourosa. Reforçou que são processos demorados e trabalhosos.-----

Em relação ao alegado pelo membro Tiago Paiva disse que o Bloco de Esquerda tem, sobre as empresas municipais, uma posição ideológica com a qual o PSD, assim como a esmagadora maioria dos partidos, discorda, mas que não iria debater essa matéria neste fórum.-----

No respeitante às questões colocadas pelo membro Marco Jesus referiu, sobre os custos com estruturas, que são custos dos equipamentos que a Câmara entende que devem ser geridos pela Feira Viva e, que evidentemente, estruturas como o Europarque têm custos fortes, o que também acontece com a gestão das piscinas municipais e com o Parque Ornitológico. Acrescentou que se a Câmara entender colocar sob responsabilidade da Feira Viva a gestão da piscina municipal de Canedo, mais custos estruturais terá, mas o inverso também acontece, pois se decidir retirar estruturas da esfera da empresa municipal, esta melhora o



desempenho. -----

Sobre a questão dos ajustes diretos realçou que estão em análise as contas do ano de 2022, e não de 2023. Disse não querer diabolizar os ajustes diretos pois estão previstos legalmente, sendo possível fazê-los, acrescentando que a esmagadora maioria deles são feitos com as associações concelhias, para as diferentes produções dos espetáculos onde elas vão participar, nomeadamente na Viagem Medieval e no Perlim, para as edições de 2023 dos referidos eventos.-----

Referiu que, na sua opinião, a empresa municipal não podia ter sido mais transparente e mais correta do que foi no seu relatório de contas, comparando os dados do ano de 2022 com os de 2019. Disse que até se poderia ter acrescentando os dados de 2020 e 2021, e, desse modo, a Feira Viva faria uma excelente figura em algumas áreas, mas que se entendeu comparar o que é comparável. -----

Relativamente à questão do fraco desempenho do Europarque disse julgar que era ao contrário, tendo em conta os dados fornecidos. Recordou que o Município tomou conta de uma estrutura que estava falida, mas que a mesma se está a revitalizar, apresentando resultados que estão a ser consolidados, que estão em crescendo, dizendo que, na sua opinião, está a ser feito um bom trabalho no que concerne ao Europarque. -----

De seguida, a respeito da afirmação feita pela deputada municipal Fátima Oliveira de que as contas da Sociedade de Turismo são mais do mesmo, disse que também a intervenção feita por aquela deputada é, ao longo dos anos, repetitiva. -----

Sobre a questão do marketing informou ser uma matéria que está a ser preparada do ponto de vista territorial, no âmbito da Área Metropolitana do Porto. Disse ser paradoxal que, nesta sessão, se acuse o Executivo de fazer muito pouco e, ao mesmo tempo, fazer muito marketing e muita propaganda, exceto quanto às Termas de S. Jorge. Prometeu que o Executivo se vai afincar também nesta matéria. -----



Quanto à questão dos trabalhadores disse que os membros do grupo municipal do PS não têm mais responsabilidade social nem mais preocupações laborais do que quem gere os destinos do Município. Lembrou as dificuldades que a Sociedade de Turismo teve, realçando que a mesma está a recuperar e que a atividade termal, quer se queira, quer não, é uma atividade sazonal. Disse que a intenção é ir mais longe, é fazer crescer a Sociedade de Turismo na medida do possível, de modo a que se consolide, financeira e economicamente.-----

Sobre a zona envolvente das Termas esclareceu que a Câmara esteve a fazer a requalificação de uma zona central, e não somente do parque das Termas, pois foram requalificados mais seis arruamentos de toda a zona central da freguesia, onde foi tudo mexido, desde a iluminação pública, a rede elétrica, as infraestruturas de telecomunicações (ITED), a construção de novas redes de água e de saneamento, entre outras situações. Disse considerar que a Câmara melhorou muito toda aquela zona e deu um bom contributo para o futuro das Termas. Destacou que tratar as Termas é garantir a água termal, é fazer um segundo furo, é fazer a captação, é ter os equipamentos mais modernos, realçando que esse trabalho invisível é absolutamente fundamental e que foi esse que esteve a ser feito até agora. - Informou que as obras na envolvente das termas estão praticamente concluídas, assim como a empreitada dos passadiços que, cada vez mais, traz mais pessoas às Termas de S. Jorge, dando nota que a Câmara vai fazer ainda mais porque sabe que as termas precisam de manutenção, estando a ser feito o estudo prévio para a requalificação, essencialmente, das máquinas e dos equipamentos existentes.-----

Disse não perceber porque é que se fica triste por se dizer que as Termas de S. Jorge estão em 3.º lugar a nível nacional e em 2.º lugar a nível regional, segundo os dados da ATP - Associação de Termas de Portugal, ressaltando que ele fica muito contente com esta posição de liderança. Referiu que, na sua opinião, tal não se deve à sorte ou ao marketing, mas



sim ao bom trabalho, à qualidade das águas e à boa gestão das Termas. Disse saber que a deputada municipal Fátima Oliveira gosta das Termas, e, como tal, também pode ajudar neste trabalho ao aludir às Termas de S. Jorge de uma forma positiva.-----

Concluindo, agradeceu a intervenção feita pela deputada municipal Joana Fonseca.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminada a apreciação dos presentes pontos, tendo a Assembleia tomado conhecimento dos documentos de Prestação de Contas de 2022 da Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., assim como dos documentos de Prestação de Contas de 2022 da Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. -----

Entrou o membro Cristina Tenreiro. -----

Saiu o membro Armando Teixeira.-----

6 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 24 de abril de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor



(PSD:29, PS:15, IND) e 5 abstenções (BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

7 - Atualização da Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira e acordo de colaboração-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 24 de abril de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que a proposta de atualização em apreço deixou a CDU preocupada. Referiu ter ficado claro, pelo teor do 5.º parágrafo, na pág. 2 desse documento, que a Câmara sabia que havia fogos indignos e nada fez para impedir que chegassem a tal estado, tendo-se, portanto, desleixado no seu trabalho.-----

Disse também querer questionar o porquê de, no quadro 4 da pág. 6, estarem diferenciados 20 fogos, os quais aparecem com a designação “Construção de fogos em terrenos do Município – Etnia Cigana”. Perguntou se tais fogos têm características especiais ou se vão ser construídos em alguma localização especial.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse nada ter contra a atualização do dossier relativo à Estratégia Local de Habitação, porque é bom ser ajustado sempre que necessário.-----

Referiu que o Estado Central tem-se arvorado como o único agente que quer resolver o problema da habitação em Portugal, e, na opinião da IL, tem desconsiderado os municípios. Disse acreditar que, sendo a habitação um direito básico de cidadania, é mais próximo dos cidadãos que se



resolvem os problemas da habitação, e não através do Estado Central a impor regras universais, descurando o papel dos municípios. -----

Deu nota que, sendo verdade que o Município tem processos de licenciamento que, muitas vezes, são demorados, o que encarece a habitação, e sendo ainda verdade que os impostos municipais encarecem o acesso à habitação, é igualmente verdade que não é o Estado Central que deve substituir as autarquias na solução. -----

Referiu que a IL acredita que a solução para o problema da habitação é relançar o mercado da habitação, com a necessária atenção para com as pessoas que não conseguem acompanhar esse mercado, havendo uma prioridade no apoio social, através dos mecanismos de habitação social. Disse que, por outro lado, não está de acordo que o Estado tente controlar as rendas, comentando que se viu o que aconteceu às cidades portuguesas no Estado Novo, com o excesso de controlo de rendas, o que destruiu os centros históricos das cidades. Salientou que a IL também rejeita, de forma absoluta, qualquer interferência num direito fundamental das pessoas, que é o direito de propriedade, defendendo que o Estado não tem de se meter no direito da propriedade individual. -----

Continuando a sua intervenção, fez notar que a IL rejeita as restrições adicionais ao Alojamento Local, ressaltando que os municípios têm toda a legitimidade de ajustar as suas estratégias de alojamento local em função das suas especificidades, e que não deve ser o Estado Central a decidir o que deve ser feito em Santa Maria da Feira. -----

Disse que o Estado não sabe gerir os seus próprios imóveis, pois nem sequer sabe o que tem, mas, ainda assim, sonha em ter mais poder ao intervir naquilo que é o papel dos municípios. Reforçou que a IL não acredita que a solução passe por ser o Estado Central a gerir grandes parques habitacionais, pois isso só abre portas a mais corrupção, a mais compadrio, a mais má gestão, acreditando antes no papel dos municípios. -
Concluindo, propôs que o Município faça uma reflexão sobre esta matéria,



até no sentido de incluir as parcerias público-privadas para fazer o relançamento do mercado de habitação no concelho, e no país. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que referiu que todos já terão consciência que o verdadeiro desafio, para os próximos anos, é o problema da habitação, dizendo esperar que a articulação que o Município está a realizar, utilizando os terrenos que tem espalhados pelas freguesias para construir habitação, seja uma ferramenta e uma mais-valia para resolver a situação. -----

Referiu que a Câmara, junto com as juntas de freguesia, deve encontrar soluções, a curto e a médio prazo, para dar resposta a este flagelo que vai condicionar a vida das pessoas durante muitos anos. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Gostaria por começar por concordar que, efetivamente, existe uma ameaça ao direito à habitação, a uma habitação condigna e dimensionada às necessidades individuais, como previsto na Constituição portuguesa. E, portanto, isto é, de facto, um centro político que necessita de muito investimento e de muita intervenção por parte de todos os intervenientes políticos. -----

A atualização da Estratégia Local de Habitação e do acordo de colaboração para o 1.º Direito que é aqui apresentado, preconiza um investimento que é ambicioso e que, se executado, vai ajudar na resposta a muitos dos problemas que se observam no acesso à habitação em Santa Maria da Feira. -----

São aproximadamente 90 milhões de euros, que pretendem oferecer habitação a custos controlados aos feirenses. Somos da opinião que esta atualização já vem tardia. Um instrumento como é a Estratégia Local de Habitação deve ser atualizado com maior frequência para refletir a



realidade da habitação no Município e para orientar a definição das políticas que respondem a essa necessidade. E, aliás, à data da aprovação inicial da Estratégia Local de Habitação, em 2020, houve esse compromisso, de que ela fosse reavaliada de 6 em 6 meses, e, portanto, o Bloco de Esquerda vem aqui reafirmar essa necessidade de uma reavaliação periódica. Aliás, se nós compararmos os números inscritos na Estratégia Local de Habitação na sua aprovação original, com os números que são aqui apresentados no documento hoje, os números mostram uma realidade completamente diferente e um nível de investimento também completamente diferente, o que nos leva a supor que talvez tenha passado demasiado tempo desde a apresentação inicial até à sua apresentação, aqui, agora. -----

Se, por um lado, concordamos e vamos votar favoravelmente com esta atualização da Estratégia Local de Habitação, não podemos deixar de salientar que a Estratégia só produz efeitos se executada. Infelizmente, constatamos que, desde a aprovação da Estratégia Local de Habitação em 2020, não são conhecidas empreitadas significativas de promoção de mais habitação em Santa Maria da Feira, que tenham saído do papel. -----

O problema da habitação em Santa Maria da Feira é um problema de hoje, e as soluções dimensionadas para um problema de hoje necessitam de respostas eficazes, rápidas, em suma, necessitam de obra feita. Se não, seguramente, daqui a algum tempo, vamos estar a debater que as medidas que estão hoje inscritas na Estratégia Local de Habitação são insuficientes para dar resposta às necessidades que se venham a observar, no futuro, em Santa Maria da Feira. Para além desta Estratégia Local de Habitação, muito mais pode ser feito. Precisamos também de instrumentos que regulem o mercado imobiliário, medidas como a criação de tabelas com tetos máximos para o valor da renda por metro quadrado, que tenha em consideração a localização do imóvel e os serviços nas proximidades, e o estabelecer que algum do licenciamento, uma parte do licenciamento de



uma nova construção em Santa Maria da Feira, destine uma percentagem significativa destes novos fogos para habitação a custos controlados. São alguns exemplos de políticas que têm tido sucesso na regulação dos preços das casas nas cidades europeias, onde foram implementadas. -----

É necessário abrir este debate, percebendo que um concelho progressista é um concelho que oferece casas que as pessoas possam pagar, e isto já não acontece, neste momento, para todos em Santa Maria da Feira. -----

E, em jeito de conclusão, queria deixar só uma questão, que foi uma dúvida que surgiu da análise do histórico da Estratégia Local de Habitação. Aquando da sua implementação, havia uma urgência, não só determinada pela realidade que, de facto, aflige os feirenses no acesso à habitação, mas também porque quanto mais rápido fosse a execução do investimento, maior seria a majoração do financiamento por parte do IHRU. Havia lá a indicação de que a obra executada em 2021 teria 7,5% de majoração do financiamento, a executada em 2022, 5 %, a executada em 2023, 2,5%. Gostaria de perguntar se as majorações são atualizadas para o prazo previsto de execução, de agora para a frente, e, destas majorações, quanto do financiamento atribuído já foi considerado.” – Fim de citação. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que começou por dizer que o tema em questão é tão importante e fraturante que faria sentido fazer uma sessão, nesta Assembleia, somente dedicada ao tema. -----

Fez notar que o PS não obsta, de forma alguma, à alteração da Estratégia Local de Habitação porque entende que a mesma é fundamental, acrescentando que dá um bem-haja à Câmara por o Município ter, finalmente, uma Estratégia Local de Habitação, a qual está a ser revista. Referiu que a verdade é que esta Estratégia surge porque um governo socialista determinou que existiria o programa 1.º Direito, que iria assegurar um impulsionar de estratégias locais de habitação. Salientou que lhe custa muito a perceber que, até então, nunca tivesse existido algo



do género no Município, assim como lhe custa muito ouvir dizer que o Município vai ver, junto do IHRU, o que poderá estar previsto para financiar intervenções. Disse custar-lhe ouvir tais afirmações porque as mesmas desresponsabilizam o Município por aquilo que onde, também, tem responsabilidade. -----

Disse que, nesta sessão, já se falou de contas, de rankings, de pujança, de recordes, de prémios, mas que estes, se calhar, não trazem impacto nenhum para a qualidade de vida dos feirenses, comentando que essa é a preocupação do PS, ou seja, a qualidade de vida dos feirenses e aquilo que o território tem para oferecer à população que visita ou que escolhe Santa Maria da Feira para viver. -----

Salientou que não foram eleitos para aparecer nos jornais nem para obter likes nas redes sociais, mas para zelar pelos interesses do Concelho e das pessoas, assumido um compromisso baseado no supremo interesse dos feirenses. Realçou que os rankings são uma consequência, e nunca devem ser o objetivo a perseguir, ressaltando que a habitação é um direito plasmado na Constituição da República Portuguesa, sendo dever do Estado, e dos municípios, garantir o pleno exercício deste direito. -----

Referiu que gostaria de estar a discutir uma alteração para completar medidas em curso, mas que não é isso que se verifica, estando-se a debater uma alteração a uma estratégia que existe porque um governo socialista assim o determinou, levando a que, finalmente, esteja a ser feito um investimento sem precedentes na habitação. -----

Disse que foram as políticas promovidas, na altura, pelo governo do PSD e CDS-PP que trouxeram esta herança da desgovernação do mercado de arrendamento e da liberalização, ocorrida no tempo da troika, conduzindo à atual crise da habitação, reafirmando que teve de ser um governo socialista a chamar esta preocupação aos municípios. -----

Referiu estar em discussão a garantia de melhores condições para 1.108 agregados familiares, 3.048 pessoas, através de um financiamento de cerca



de 88 milhões e 700 mil euros, totalmente suportado por um fundo especialmente desenhado para o efeito, recordando que o investimento municipal feito até agora, nesta área, foi muito pouco. -----

Disse que existem 14 empreendimentos municipais para os quais o PS, vezes sem conta, alertou para o estado de degradação que apresentam, ao que a Câmara respondia não haver razão, mas, afinal, a Câmara retratou-se e decidiu que tais empreendimentos precisam de investimento. Deu os parabéns à Câmara por ter tido essa postura ponderada, de voltar atrás, e, agora, requalificar o parque habitacional da sua responsabilidade direta. ---

Salientou que esta não é a solução ideal, porque o ideal seria a Câmara fazer o seu trabalho atempadamente e não ter de usar um fundo de investimento, de fundos públicos, para conseguir fazer o seu trabalho. Disse querer questionar se, com esta Estratégia, o Município não está a investir mais na reabilitação do parque habitacional municipal, pondo em causa aquilo que poderia ser a reabilitação de outros fogos. Sugeriu, de modo a tentar resolver o problema de uma forma mais ampla, a criação, por exemplo, de um gabinete de apoio ao munícipe com o intuito de, nesta época tão conturbada, ajudar quem não sabe, sequer, o que acontece com o crédito à habitação e com a questão do arrendamento, assim como a possibilidade de fazer construção com isenção de IRS, IRC e IMI, em troca de percentagens de fogos para rendas a custos acessíveis. -----

Concluindo a sua intervenção, disse haver muito a fazer para resolver as assimetrias residenciais do Concelho, reafirmando que a Câmara tem muito a fazer naquilo que é da sua responsabilidade direta. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que disse julgar que o tema era consensual e que não precisaria de intervir, mas que, pelo que percebeu, o PS ainda não ultrapassou a velha desculpa de que tudo o que é um problema é por culpa do governo de Passos Coelho e da troika. -----

No âmbito do assunto da habitação, disse ter sido feito um artigo do



polígrafo sobre se, desde 2015, António Costa anuncia repetidamente programas e intenção de promover arrendamento a preços acessíveis. Realçou que o artigo refere que António Costa disse, no dia 4 de abril de 2016, o seguinte: “Entendemos que a nossa aposta na reabilitação urbana terá de ter uma forte componente de promoção da oferta de habitação para arrendamento acessível, de modo a chegar a uma faixa importante da população que hoje se encontra excluída do mercado habitacional por razões financeiras. Para criar este novo segmento de rendimento acessível no mercado, o Governo vai ele próprio investir através do Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social cerca de 1.400 milhões de euros na recuperação do património, alargando as fontes de financiamento da Segurança Social.”-----

Referiu que, na mesma data, segundo o artigo, o site e a propaganda do PS classificam esta e outras medidas anunciadas como “a nova geração de políticas de reabilitação e habitação”.-----

Comentou que, como visto, já em 2016 se falava numa nova geração de políticas, mas que, ainda há dias, o Governo tornou a anunciar o mesmo.-- Deu nota que o artigo do polígrafo continua por dizer que a solução tomou o nome de Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, que recorre ao Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social, para recuperar casas e colocá-las no mercado a preço acessível, aprovada em Resolução do Conselho de Ministros nesse verão, no dia 1 de setembro. Informou que o artigo diz ainda que, apenas 2 anos depois, em 2018, o Fundo pôde começar a operar, pela demora na aprovação do seu regulamento, e, mais de 2 anos volvidos, em 2020, e segundo noticiou o jornal “Público”, a estatística da sua atividade ficava aquém da importância que lhe tinha sido conferida pelo Primeiro-Ministro, António Costa, com zero alojamentos colocados no mercado. -----

Posto isto, o membro João Cunha referiu que alguns membros desta Assembleia dizem, com uma alta moral e ética, até nas reuniões da



Comissão Permanente, que só falam de Santa Maria da Feira, mas, no entanto, ouviu os mesmos, no decorrer de toda esta sessão, a falarem de questões políticas exteriores ao Concelho. -----

Concluindo, realçou que o presente ponto diz respeito à atualização da Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira, ressaltando que a verdade é que o Município está a adaptar a sua Estratégia a uma conjuntura que foi mudando, que é mutável, pelo que é normal proceder-se à atualização.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por comentar que, pelo que ouviu, há um largo consenso relativamente à aprovação da atualização em questão.-----

Sobre a questão colocada pelo membro João Vidal informou que existe uma comunidade cigana na Rua da Baralha, em Sanguedo, num terreno propriedade da Câmara, onde existem algumas construções precárias, e que a intenção é construir ali habitação digna. Referiu ser uma situação muito específica, e que não acha mal nenhum dizer que se trata de uma comunidade cigana, comentando que a própria comunidade se orgulha das suas raízes.-----

Relativamente à intervenção feita pelo membro Carlos Martins disse ter exatamente a mesma posição, pois também considera que o Governo falhou completamente, em toda a linha, porque retirou confiança ao mercado, retirou confiança aos investidores, congelou rendas. Salientou que costuma dizer que há duas formas de destruir uma cidade, uma é em poucos segundos, com uma bomba atómica, e a outra é a longo prazo, a 20 ou 30 anos, com o congelamento das rendas. Recordou que os centros históricos do Porto e de Lisboa estavam completamente destruídos há 15, 20 anos, e que só foram reabilitados quando o mercado de arrendamento começou a funcionar normalmente.-----

Sobre o proferido pelo membro Tiago Paiva, disse registar as considerações



feitas pelo mesmo.-----

Quanto à intervenção da deputada municipal Lia Ferreira, realçou que a mesma veio defender o Governo socialista, mas que não considera nada de especial defender um governo que durante 8 anos não construiu nenhuma casa. -----

Recordou que o Município tem cerca de 800 fogos que foram construídos no âmbito de um programa especial de realojamento, há mais de 20 anos, salientando que tudo começou nos governos de Cavaco Silva, quando foi a reabilitação das barracas de Lisboa. Referiu que, depois, existiu um plano que também abrangeu o concelho de Santa Maria da Feira, e que é devido a esse plano que o Município tem, hoje, os empreendimentos de habitação social.-----

Salientou que também foram concretizados muitos empreendimentos de habitação a custos controlados no Município, feitos em parceria com privados, pelo que não é de todo verdade que nunca se tenha feito nada e que foi o Governo socialista que veio, agora, descobrir isto. Realçou que o Governo socialista esteve, no processo da habitação, muito mal, porque a verdade é que, em 2022, foram construídas 7 mil casas, quando Portugal precisa de construir 70 mil casas por ano. -----

Disse que, portanto, entende que o Partido Socialista não se pode vangloriar porque ignorou completamente o assunto, realçando que o empobrecimento dos portugueses, que é uma realidade, levou à incapacidade das famílias para suportar a subida das rendas, assim como à incapacidade para pagar o aumento da prestação do crédito à habitação. Disse que há, de facto, um problema grave, porque os portugueses estão a empobrecer e Portugal está, cada vez mais, na cauda da Europa, o que se reflete na incapacidade que os portugueses têm para comprar casa, acrescentando que ter casa, por principio, é um direito, mas que também cabe a cada um lutar por ela. -----

Realçou que, portanto, não vê nenhum mérito do Governo do Partido



Socialista no que a esta matéria diz respeito. -----
Reforçou que o Município vai avançar com a implementação da sua Estratégia Local de Habitação, o que não sucederá num ano, dando nota que, desde a identificação dos terrenos, aos estudos geotécnicos, aos levantamentos topográficos, à elaboração dos projetos, à construção ou reabilitação dos edifícios, incluindo o cumprimento dos procedimentos da contratação pública, leva o seu tempo. Informou que, provavelmente, ainda em 2023, serão iniciadas algumas intervenções, mas conta que, nos próximos 2 ou 3 anos, se realizarão uma sucessão de investimentos. -----
Concluindo, reafirmou que não é o Governo socialista que está a correr atrás do prejuízo, porque o mesmo ignorou os municípios, comentando que, sem os municípios, nesta matéria nada se faz. -----

Saiu, durante a discussão deste assunto, o membro José Castro. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aprovar a atualização da Estratégia Local de Habitação do Município e consequente atualização do Acordo de Colaboração, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto. -----

8 - Aquisição de um prédio misto, sito na Freguesia de Fiães -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de abril de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada



aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dar os parabéns à Câmara pela compra do edifício. Disse ter chegado ao conhecimento do Chega que o lar para idosos talvez venha a ser explorado por um privado, questionando se tal corresponde à verdade, e, se sim, em que moldes vai ser feita essa concessão. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Já o dissemos muitas vezes, e insistiremos as vezes que for necessário, que defendemos que as decisões políticas devem basear-se em justificações racionais e convincentes. E a pergunta que se mantém no ar é: qual é a razão efetiva desta compra? -----

E colocou-se aqui três assuntos diferentes. Por um lado, o valor patrimonial do edifício, porque tem uma traça, como o Sr. Presidente o referiu, que é relevante em termos de arquitetura. Mas, a questão é, se ele tem essa importância patrimonial, porque é que o Município não o classificou de interesse patrimonial? Não está classificado na lista do património do Concelho, este não está inscrito, não está registado, não houve essa preocupação de valorizar esse património. Se ele é tão importante assim, se merece este investimento, porque é que não foi classificado? Pode ser uma parte da razão, mas não houve ainda essa classificação. -----

Por outro lado, outro argumento que foi usado foi a sua utilização para fins sociais ou culturais, um lar ou auditório, ou até musealização. Mas, se é essa a motivação, se acreditamos, e acreditamos, que, em Fiães, faz sentido, e noutras freguesias, reforçar a oferta de serviços públicos, nomeadamente na área social e cultural, foram estudadas alternativas da melhor localização? Será que esta é a melhor relação custo/benefício em



relação a essa função?-----

E falou-se também de uma outra justificação, que é o valor afetivo, e essas memórias partilhadas, que acreditamos que são muito relevantes e que a comunidade se revê também nessa aquisição, porque se devolve à comunidade algo que ela partilha enquanto memória, enquanto afeto. Mas, se formos colocar o assunto assim, não faltam lugares neste Concelho, em todas as freguesias, onde a comunidade se revê. E, portanto, porque é que foi esta a prioridade e não outra qualquer, noutra sítio qualquer do concelho? -----

E, portanto, são estas perguntas que acho que se devem colocar quando se trata deste tipo de investimentos. Não temos absolutamente nada contra a compra, mas gostávamos de ficar mais convencidos, para poder votar a favor, sobre a verdadeira motivação e, racionalmente, porque é que se vai fazer esta aquisição.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que, tal como o abordado pelo membro Carlos Martins, existe muito edificado no Concelho a precisar de um padrinho, para que volte a ter utilidade pública e a ser uma referência na sua freguesia. -----

Referiu que já se falou de auditório, de museu, de unidade de cuidados continuados, de habitação sénior, questionando se todas estas valências cabem nos 50 mil metros quadrados do prédio misto em questão. -----

Concluindo, disse nada ter contra a aquisição em referência.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“A aquisição da Quinta das Camélias traz, para o erário público, uma infraestrutura com interesse local e que, efetivamente, traz novas potencialidades nos serviços públicos que podem vir a ser disponibilizados à população.-----



O Sr. Presidente mostra muita habilidade na utilização das palavras, e, de facto, o serviço público é ligeiramente diferente de interesse público. E registamos com algum desagrado a possibilidade de que, a esta remunicipalização, se siga a entrega do espaço para exploração privada, o que representa, na opinião do BE, uma subversão do interesse público. ----
A seu tempo, o BE fará chegar ao Executivo um conjunto de propostas sobre destinos possíveis a dar a este imóvel, esperando contar com a abertura do Executivo para as considerar.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que começou por manifestar a sua satisfação por o Município ter decidido comprar a Quinta da Cavacada, dizendo que, para qualquer fianense, tal como ele, não se trata apenas da compra de um terreno ou de um palacete em ruínas, mas muito mais do que isso, pois é história, é memória, é identidade, ou seja, dimensões estas que ultrapassam o materialismo das simples escrituras prediais. -----

Sobre esta aquisição disse julgar que parte do artigo rústico em questão se situa em área de Reserva Agrícola Nacional, solicitando à Câmara esse esclarecimento, bem como as condicionantes que, a confirmar-se, tal situação poderá trazer para os futuros projetos. -----

Perguntou, também, que tipo de classificação, planeamento, ocupação e uso do solo está em estudo, para aquele espaço, no processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso. -----

Questionou se, nos 50 mil metros quadrados do espaço, a Câmara planeia operações de loteamento, mais não seja para recuperar parte do investimento feito, e, se for o caso, qual poderá vir a ser a área total de construção. -----

Perguntou, ainda, se o traçado da EN 326 poderá vir a ser deslocado, naquela extensão, como ponto de ligação junto ao antigo café Mónaco e o alto do Souto. Questionou, também, se está prevista alguma ligação entre os projetos a realizar na Quinta da Cavacada e as muito próximas ribeiras



do Uíma. -----

Disse também querer perguntar qual é a mais-valia de um auditório, aparentemente isolado, sem a adição de outras valências e sem a articulação e complementaridade de outras atividades, num mesmo edifício. -----

Questionou se a construção de uma unidade de cuidados continuados não será um casamento de difícil convivência com as dinâmicas citadinas que resultarão da formação de uma nova centralidade naquele espaço, com uma concentração de eventos indoor, por exemplo, ou outras formas de uso e apropriação do espaço público. -----

Concluindo, disse que ainda gostava de perceber se a ideia da Câmara é construir esta unidade de cuidados continuados em parceria com alguma instituição pública, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, ou se entregará a sua exploração a um operador privado, e em que moldes. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,--
Em nome do grupo municipal do PSD, venho por este meio expressar os nossos sinceros parabéns pela compra da Quinta da Cavacada, em Fiães, uma iniciativa louvável que demonstra o seu compromisso com a valorização do património histórico e cultural do concelho, bem como com o bem-estar social dos seus habitantes. -----

A Quinta da Cavacada é um imóvel de grande relevância histórica e arquitetónica, que merece ser preservado e revitalizado para as gerações futuras. Acreditamos que o projeto que tem em mente para o local será uma mais-valia para a freguesia de Fiães e para todo o concelho, contribuindo para a dinamização cultural e a inclusão social. -----

Parabéns pelo seu trabalho e pela sua visão, que fazem de Santa Maria da



Feira um exemplo de desenvolvimento sustentável e de respeito pela sua identidade e tradições.-----

Pode contar com o nosso voto favorável à aquisição do prédio.” -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que referiu que, na documentação disponibilizada, consta que o destino da compra é a construção de um auditório e de uma residência assistida para idosos. Questionou, assim, quem irá gerir o auditório e qual o público alvo do mesmo, se são os idosos da freguesia ou do concelho, ou se de fora deste, assim como quais os critérios de acesso a esse equipamento. Realçou que, sem a resposta a estas questões, a CDU não pode saber do interesse da respetiva aquisição.-

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por esclarecer uma questão sobre a edificabilidade futura daquele espaço, informando que há uma condição prévia, que é a de respeitar a vontade dos atuais proprietários, e que não vai haver nenhum loteamento, confirmando que a intenção é construir equipamentos de interesse público municipal. -----

Disse que a Câmara está a fazer uma compra por um valor que considera justo para ambas as partes, reforçando que a intenção é fazer a recuperação do palacete, transformando-o em casa de cultura, numa casa museu que acolherá muito do espólio, de grandes personalidades feirenses. Fez notar que aquele palacete está muito ligado a muitas histórias, às lutas da República, à implantação da 1.ª República, pelo que lhe parece o local adequado para receber esse espólio, acrescentando que a Câmara, neste momento, não o pode acolher porque não tem onde o guardar.-----

Sobre a construção do auditório referiu que o mesmo poderá acolher muitos eventos, desde peças de teatro, cinema, conferências e outros, e que entende, como Presidente da Câmara, que a gestão do auditório deverá ser municipal, mas que um futuro presidente poderá pensar de maneira diferente. Disse não estar a ver um privado a ter interesse na gestão do



auditório até porque, normalmente, são equipamentos deficitários. -----

Salientou que a área do terreno é bastante significativa e que, quando falou na residência assistida para idosos, se refere a um novo conceito que poderá vir a ser adotado, pois, muitas vezes, os idosos não precisam de cuidados especiais, detendo ainda boas capacidades e autonomia, referindo as práticas usadas, tanto no estrangeiro como em Portugal, em que as pessoas vivem em comunidade, num conjunto de moradias ou de apartamentos, suportados por um conjunto de serviços comuns, como lavandaria e enfermagem, frisando que é este modelo a que se refere e que acha interessante tentar implementar naquele espaço. -----

Disse entender que, a par disto, deve existir uma unidade de cuidados continuados porque, acontecendo algum problema de saúde aos idosos, teriam ali ao lado essa unidade, onde poderiam receber esses cuidados. Referiu que, além disso, o país é muito deficitário em unidades de cuidados paliativos, pelo que pode ser uma oportunidade para ter, ali, uma fonte de rendimento, pois existe uma procura enorme deste serviço, comentando que quem tem familiares que precisam destes cuidados, pode confirmar a necessidade desta resposta. Salientou que a existência de uma unidade de cuidados continuados teria sempre de passar pela celebração de um protocolo com o Ministério da Saúde.-----

Disse ser preciso afastar a ideia de que a residência para os idosos deve estar no meio de uma montanha ou à beira do rio, ficando os idosos completamente isolados, reforçando que o novo conceito passa por tentar fazer os lares de idosos o mais possível dentro dos centros urbanos, para que as pessoas possam continuar a conviver e até a sair do lar, pelo menos, as que têm autonomia para tal. -----

Sobre o facto de a gestão vir a ser pública, disse que isso ainda não está definido, fazendo notar que há serviços que, sendo públicos, podem ser explorados por privados, e que isso não é nenhum drama, fazendo sobressair que, muitas vezes, o privado presta um melhor serviço, quando



gere para o público, do que o próprio público. -----
Concluindo, frisou que não se pode confundir, público com estatal, pois
são coisas diferentes. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a
Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor
(PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aprovar a
aquisição do prédio misto bem como a celebração da respetiva escritura
pública de compra e venda, nos termos da deliberação camarária
supraidentificada. -----

Os membros **João Cunha** (PSD) e **Tiago Paiva** (BE) solicitaram que as
suas intervenções fossem consideradas como declaração de voto. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) fez a seguinte declaração de voto: -----
“Votamos a favor com a declaração de voto, que queria tivesse duas partes.
Uma, aquilo que disse em relação às questões que levantámos, de dúvidas
sobre a aquisição, embora concordemos genericamente com ela. -----
E, segundo, deixar uma sugestão, na declaração, que o programa que
venha a ser desenvolvido para este equipamento, que venha à Assembleia
para poder ser discutido.”-----

*Saíram os membros Maria de Fátima Oliveira, Rui Guedes Ribeiro e António
Valdemar Ribeiro.*-----

**9 - Contratos de delegação de competências celebrados entre o
Município e as Juntas de Freguesia – Apoio Cultural -----
- Anulação de verbas relativas ao quadriénio 2018/2021 -----**

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de
seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual



apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de abril de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que, por várias vicissitudes, não foi possível a algumas juntas de freguesia usar as verbas em questão, comentando ter sido uma situação quase transversal a todas as juntas de freguesias.-----

Questionou se houve algum cuidado, da parte da Câmara Municipal, no sentido de falar com as juntas de freguesias e encontrar um equilíbrio, para que as juntas de freguesias possam usufruir das verbas que lhes foram atribuídas.-----

Perguntou à Câmara se, sabendo-se das dinâmicas culturais que contemplam as juntas de freguesia e o tecido associativo, não há forma de encontrar um procedimento que possa fazer com que as verbas em questão fiquem na freguesia para a qual foi atribuída.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que já está em vigor um novo contrato de delegação de competências celebrado com as juntas de freguesia, e que já não há hipótese de recuperar os apoios relativos ao quadriénio 2018/2021. Referiu que a Câmara foi alertando sucessivamente para a situação, e que até deu a possibilidade de, na altura da pandemia, as verbas serem usadas em investimentos de cariz social, em vez de investimento cultural.-----

Salientou que as verbas que não foram gastas têm de ser libertadas, dando nota que igual procedimento será feito com alguns clubes, que também não gastaram as verbas que lhe foram atribuídas.-----

Concluindo, realçou que o Município transitou o ano com 16 milhões de euros em subsídios afetados, e que tal não pode acontecer, acrescentando que ou as entidades gastam o dinheiro ou, então, é-lhes retirado o subsídio



e, sendo certo que, quando reunirem condições para o gastar, ser-lhes-á novamente atribuído. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD:26, PS:14, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), autorizar as operações orçamentais de anulação e libertação das verbas cativas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia no quadriénio 2018/2021, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) apresentou, por escrito, declaração de voto cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O grupo municipal do Partido Socialista vota a favor do ponto 9) contratos de delegação de competências celebrados entre o município e as juntas de freguesia – apoio cultural anulação de verbas relativas ao quadriénio 2018/2021, fazendo fé nas explicações do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que referiu, na apresentação do ponto, ter falado com as juntas de freguesia, e, atendendo ao facto de dizer respeito a verbas relativas ao quadriénio 2018/2021 tendo em conta a questão orçamental aqui inerente, no entanto, não compreendemos (GMPS) que não tenham sido encontradas alternativas para que as juntas de freguesia e população das freguesias em causa pudessem usufruir das verbas orçamentadas em vez da sua anulação.” -----

Reentrou o membro Maria de Fátima Oliveira. -----

Saiu o membro Daniel Gomes. -----

10 – Recursos Financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de



Educação para o exercício de 2023 – Adenda ao Anexo I -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 27 de março de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que disse querer pedir alguns esclarecimentos relativos aos valores que causaram a adenda em questão. Referiu que, no respeitante aos custos com os refeitórios, o valor inicial para o agrupamento de escolas de Arrifana era de 5.372 €, e, agora, passou para 30 mil euros, e que situação similar se verificou com o agrupamento de escolas de Santa Maria da Feira, que passou de 27 mil para 120 mil euros. Questionou o porquê desta diferença tão significativa e o porquê de um cálculo inicial tão em baixa. -----

Em relação aos encargos das instalações e sobre a nota de que não foram acautelados, no mapa inicial, os encargos com o gás, eletricidade e comunicações, questionou se a Câmara sabe em quantas escolas não foram acautelados os contratos feitos com os respetivos agrupamentos. Disse existirem grandes diferenças neste âmbito, e que exemplo disso é que o agrupamento de escolas António Alves Amorim, de Lourosa, tem uma verba a rondar os 14 mil euros, e o de Argoncilhe tem cerca de 600 euros, o que denota que há escolas a usar muito pouco e outras a usar mais. -----

Salientou que também considera importante que, no final do ano letivo, seja feita uma análise aos valores atribuídos às IPSS e às empresas, para comparar a qualidade e a quantidade das refeições fornecidas às crianças, assim como avaliar os serviços prestados pelas empresas que colaboram com o Município no que concerne às atividades de enriquecimento escolar, para avaliar se as verbas atribuídas são, ou não, suficientes. -----

Concluindo, disse que era importante os membros desta Assembleia terem



essa informação, para perceberem se os valores e as atividades são, ou não, adequadas às necessidades do Concelho, até relacionando as mesmas ao Imaginarius e à Viagem Medieval. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que, na sua opinião, a deliberação camarária que foi disponibilizada responde de modo claro às questões colocadas. -----

Referiu que foram necessários fazer pequenos ajustes relativamente ao pagamento de algumas das despesas, porque as faturas só chegaram em janeiro de 2023 e, no final do ano de 2022, isso não foi acautelado. -----

Referiu que os agrupamentos de escolas de Arrifana e de Santa Maria da Feira têm valores muito elevados relativos aos refeitórios porque têm cantinas próprias, informando que o reforço significativo das verbas é para financiar a compra dos produtos necessários para as cozinhas, o que também não tinha sido acautelado. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:26, PS:14, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar, nos termos da deliberação camarária supraidentificada, adenda ao Anexo I – Mapa dos Recursos Financeiros 2023 relativo ao Contrato em epígrafe, aprovado em sede da reunião do órgão executivo de 7 de novembro de 2022 e na sessão deste órgão deliberativo de 30 de novembro de 2022, a qual procede à revisão e atualização dos recursos financeiros necessários a transferir para os Agrupamentos de Escolas. -----

Saiu o membro *Lécio Pereira Dias*. -----

11 – Prestação de serviços no âmbito do regime financeiro das Autarquias Locais -----



- Nomeação do auditor externo -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 13 de março de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que questionou qual o processo de adjudicação dos serviços em questão, se foi por convite a três possíveis prestadores ou se foi por concurso público, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** confirmou que foi por convite a 3 empresas. -----

O membro **Carlos Martins** questionou o porquê de não se ter feito um concurso público, dado tratar-se de serviços de auditoria, comentando que, quanto mais isenção e neutralidade, mais escrutínio do auditor poderia haver, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que, de acordo com a lei, o procedimento podia ser feito por convite a 3 empresas, e que foi essa a opção. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD:26, PS:13, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), nomear, por proposta da Câmara Municipal, a Sociedade G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda., como Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município, pelo período de 36 meses. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) fez a seguinte declaração de voto: -----
"Somos a favor, com essa questão de porque é que não houve concurso público aberto para este procedimento." -----

12 - Contrato-Programa da "Associação Orquestra e Banda Sinfónica



de Jovens de Santa Maria da Feira”-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 27 de fevereiro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:26, PS:13, CDS-PP, IL, CH, CDU IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a minuta do contrato-programa para 2023 a celebrar com a Associação em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

13 – Proposta de constituição de Júri para concurso de cargo de dirigente – Unidade de Intervenção Socioeducativa-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 24 de abril de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 33 votos a favor, 2 votos contra e 10 votos em branco, aprovar a constituição de júri para recrutamento do cargo de dirigente da Unidade Orgânica em epígrafe, júri composto pelos seguintes membros: Presidente – Dra. Andreia Santos, 1.º Vogal – Dra. Ana José Oliveira, 2.º Vogal – Dra. Mónica Gomes.-----



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 02 horas e 15 minutos do dia 29 de abril de 2023, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,